

# **BOLETIM INFORMATIVO SOBRE O SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO**

**4.º Trimestre 2013**



**15 de fevereiro de 2014**

## ÍNDICE

1.	SUMÁRIO EXECUTIVO -----	3
2.	ENQUADRAMENTO -----	4
3.	SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO SEE -----	5
3.1.	Análise dos Resultados -----	5
3.2.	Análise Patrimonial -----	14
3.3.	Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro -----	17
3.4.	Responsabilidades Contingentes -----	20
4.	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES -----	22
5.	PAGAMENTOS EM ATRASO (ARREARS) -----	23
6.	PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO -----	26
	ANEXOS -----	28
	A – UNIVERSO SEE ANALISADO -----	29
	B - ANÁLISE DOS RESULTADOS -----	30
	C - ANÁLISE PATRIMONIAL -----	39
	D – PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES -----	41
	E – LEGISLAÇÃO NO ÂMBITO DO SEE -----	42

## 1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente boletim informativo apresenta uma visão geral sobre a evolução da situação económico-financeira e patrimonial do universo das Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF).

Relativamente ao 4.º trimestre de 2013 destacam-se os seguintes aspetos no que respeita às EPNF, excluindo o sector da Saúde:

- O resultado líquido agregado no final do 4.º trimestre de 2013 melhorou em 363,3 M€ o que representa mais 85,3% face ao valor registado em 2012, atingindo um total de -62,5 M€;
- Excluindo a Parpública, devido ao efeito não recorrente das operações de privatização, verificou-se uma melhoria no EBITDA agregado de 360,7 M€, ou seja, mais 45,4% do que em igual período do ano anterior para a qual contribuiu o efeito da liquidação antecipada de instrumentos de gestão de risco financeiro;
- No sector dos Transportes e no sector de Gestão de Infraestruturas (cingido à componente ferroviária), verifica-se que o EBITDA ajustado, numa base comparável, evoluiu de 4,6 M€ no 4.º trimestre de 2012 para 51,1 M€ no 4.º trimestre de 2013. A reintrodução de subsídios teve um impacto de 47,7 M€ neste sector, degradando o EBITDA ajustado total no 4.º trimestre de 2013 para 3,5 M€.
- O volume de negócios, excluindo o investimento em infraestruturas de longa duração (ILD), pelo efeito neutro que produz no resultado líquido, uma vez que é contabilizado simultaneamente como proveito e gastos (em Fornecimentos e Serviços Externos ou Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas), apresenta um crescimento em termos homólogos de 3,5% (167,4 M€);
- Os gastos operacionais agregados, excluindo os ILD, apresentaram um crescimento de 1,0% face ao ano de 2012, apesar da redução dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) em 3,6%, face ao aumento de 10,6% dos Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC) e de 7,8% nos gastos com pessoal induzido pela reposição dos subsídios em 2013.

O sector da Saúde apresentou, no 4.º trimestre de 2013, face ano anterior, uma redução de 2,0% das receitas, decorrente da diminuição dos preços nas diversas linhas de produção, enquanto os gastos operacionais diminuíram 0,3%, com o efeito registado nos CMVMC e FSE a compensar o aumento dos Custos com Pessoal, derivado do efeito de reposição de subsídios em 2013, o que se traduziu num EBITDA de -191,8 M€ (-149,8 M€ no 4.º trimestre de 2012).

O Sector Empresarial do Estado (SEE) registou um aumento do endividamento de 3,6%, face ao 4.º trimestre de 2012, ascendendo a 32.840,0 M€, repartido pelas Empresas Públicas Não Reclassificadas (EPNR), num total de 13.593,2 M€ (+0,6%), e Empresas Públicas Reclassificadas (EPR), num total de 19.246,9 M€ (+5,8%).

## 2. Enquadramento

O presente boletim informativo enquadra-se no âmbito do regular acompanhamento pela DGTF às empresas que integram o SEE.

A análise desenvolvida ao nível da demonstração de resultados incide sobre o 4.º trimestre de 2013 por comparação com o trimestre homólogo de 2012, enquanto o balanço compara com o final do ano anterior.

A generalidade destas empresas utiliza como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), existindo ainda outras que utilizam o *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

As entidades públicas empresariais (EPE) do sector da Saúde, até ao final de 2013, não se encontravam obrigadas à adoção do SNC, pelo que mantiveram as suas contas em POC não podendo, por essa razão e pela sua especificidade, ser agregadas com as restantes empresas.

Essa situação foi alterada com a publicação do Despacho n.º 1507/2014, da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Saúde, na 2.ª série do Diário da República n.º 21, de 30 de janeiro, o qual obriga as entidades públicas empresariais da área da Saúde a adotar o SNC a partir do exercício de 2014.

Os elementos de informação económica e financeira das empresas correspondem a contas executadas e individuais, sendo obtidos, em geral, do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF), sendo os valores reportados da responsabilidade das próprias entidades, os quais são suscetíveis de acerto até ao encerramento das contas do exercício.

Pelo motivo referido, os dados financeiros poderão não coincidir com os apresentados em boletins anteriores.

Em 2013, a Transtejo foi integrada no perímetro de consolidação das contas públicas enquanto entidade pública reclassificada (EPR) no âmbito da aplicação do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 95).

A referência “Empresas Parpública” corresponde à Parpública e às suas empresas participadas de maior relevância, não se devendo, no entanto, considerar como contas consolidadas.

Finalmente importa referir que o presente boletim se encontra estruturado por forma a possibilitar uma visão geral do SEE ao nível das seguintes áreas:

- Situação económico-financeira e patrimonial do SEE;
- Exposição a Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro (IGRF) contratados;
- Extensão das responsabilidades contingentes;
- Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores (PMP);
- Cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE).

### 3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO SEE

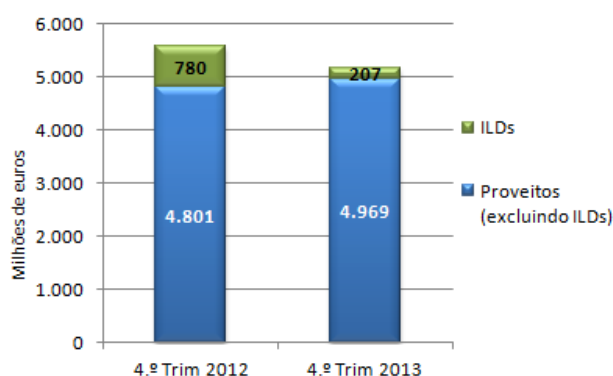
#### 3.1. Análise dos Resultados

##### 3.1.1. Rendimentos Operacionais

No final do 4.º trimestre de 2013 o volume de negócios do SEE, excluindo o sector da Saúde, apresenta um decréscimo de 405,6 M€ (-7,3% face ao 4.º trimestre de 2012), atingindo um total de 5.175,7 M€.

**Gráfico 3.1.1. – Volume de negócios do SEE**

(excluindo sector da saúde)



Fonte: SIRIEF e empresas

A evolução do volume de negócios é explicada essencialmente pela conjugação de dois fatores. Por um lado, a redução de 573,1 M€ em investimento em ILD, essencialmente na Estradas de Portugal (EP), e por outro, o aumento de 181,4 M€ do volume de negócios, face aos 39,2 M€ registados no ano de 2012 pela então denominada Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos (EGREP), atual Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis (ENMC)<sup>1</sup>.

No investimento em ILD, qualquer variação produz um efeito neutro nos resultados das empresas, por ser contabilizado simultaneamente como proveito e gasto (em FSE ou CMVMC).

O aumento do volume de negócios da ENMC decorre da alienação de parte das reservas de crude, no sentido de gerar mais-valias, para fazer face às necessidades decorrentes do cancelamento antecipado do instrumento financeiro derivado, resultante do processo de reestruturação das operações de derivados do Sector Empresarial do Estado (SEE).

Excluindo os fatores referidos anteriormente, o volume de negócios em 2013 mantém-se praticamente inalterado, variando 0,3% face ao ano de 2012.

<sup>1</sup> O Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro, procedeu à reestruturação e red denominação da EGREP - Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, E.P.E., que passou a designar-se ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E.

**Quadro 3.1.1. – Volume de negócios por sector**

Unid: Milhares de euros

	4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
Comunicação Social	206.070	203.242	2.829	1,4%
Cultura	4.878	4.627	251	5,4%
Infraestruturas	1.620.180	2.183.104	-562.923	-25,8%
Req. Urbana e Ambiental	4.138	9.584	-5.446	-56,8%
Transportes	513.196	568.463	-55.267	-9,7%
Outros	310.142	136.717	173.425	126,8%
Empresas Parpública	2.517.094	2.475.611	41.483	1,7%
<b>Subtotal</b>	<b>5.175.700</b>	<b>5.581.347</b>	<b>-405.648</b>	<b>-7,3%</b>
Saúde	3.650.276	3.725.563	-75.288	-2,0%
<b>Total</b>	<b>8.825.975</b>	<b>9.306.910</b>	<b>-480.935</b>	<b>-5,2%</b>

Fonte: SIRIEF e empresas

No final do 4.º trimestre de 2013, quatro sectores apresentavam um volume de negócios superior ao registado no ano anterior.

O sector Outros destaca-se pela evolução verificada na ENMC, seguido das Empresas Parpública através da TAP, SA que, apesar da ligeira variação em termos percentuais, 1,8%, tem um elevado impacto em valores absolutos na totalidade das empresas, de cerca de 43,3 M€.

Refere-se, ainda o sector da Comunicação, com o volume de negócios da RTP a aumentar 8,0 M€, decorrente da cobrança da Contribuição para o Audiovisual (CAV) na Região Autónoma da Madeira, enquanto a Lusa apresenta uma diminuição de 5,2 M€, resultante do novo contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público com o Estado, o qual implicou a diminuição da retribuição anual em 31% face ao ano anterior.

A diminuição do investimento em ILD, com impacto no sector das Infraestruturas e no sector dos Transportes, justifica em essência a diminuição do volume de negócios em ambos os sectores.

Descontando o impacto do investimento em ILD, é de destacar no sector das Infraestruturas, o crescimento da atividade nas seguintes empresas:

- Parque Escolar, cerca de 7,2 M€ (+15,7%);
- APS, cerca de 4,9 M€ (+15,2%); e
- EDIA, cerca de 2,8 M€ (+19,0%).

No sector das Infraestruturas o volume de negócios diminui essencialmente por influência da E.P. que regista uma redução de 570 M€ face a 2012. Esta variação acentuada tem origem na quebra da atividade de construção quer por via direta quer, principalmente por via das subconcessões rodoviárias que foram objeto de renegociação ou que já se encontram concluídas, Refira-se ainda que consequentemente, o valor capitalizado dos encargos financeiros com as subconcessões, que constitui igualmente um proveito até à conclusão das respetivas obras, registou uma quebra de 65,9 M€,

No sector dos Transportes, excluindo variação dos investimentos em ILD, verificou-se um aumento de 5,2 M€ e 3,9 M€ no Metro do Porto (MP) e na Carris, respetivamente, enquanto a CP e os STCP registaram uma redução de atividade com impacto no volume de negócios, com uma quebra de 6,6 M€ e 3,8 M€, respetivamente

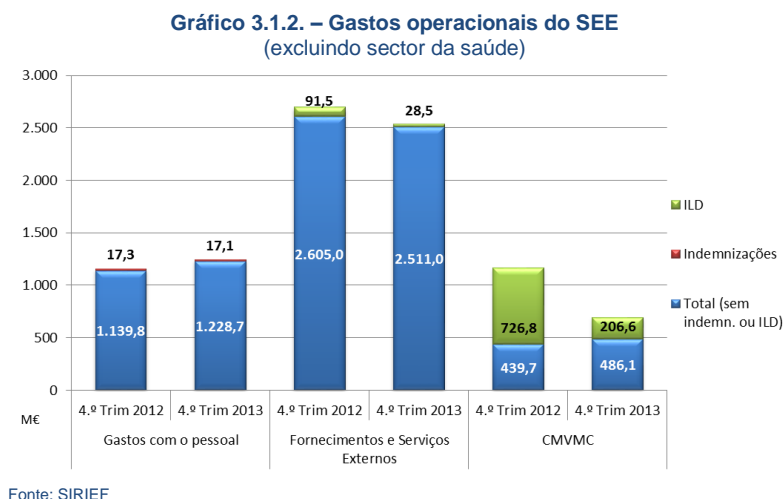
O sector de Requalificação Urbana e Ambiental, que é composto exclusivamente pela Parque Expo, registou uma redução da atividade.

O sector da Saúde mantém a diminuição das receitas registada em trimestres anteriores, resultante da redução de preços nas diversas linhas de produção, traduzindo-se numa quebra de 75,3 M€, equivalente a 2,0% das vendas e serviços prestados.

### 3.1.2. Gastos Operacionais

No final do 4.º trimestre de 2013 os gastos operacionais do SEE, excluindo o sector da Saúde e sem considerar os investimentos em ILD, apresentaram um crescimento de 1,0% face ao ano de 2012, atingindo um total de 4.225,8 M€.

Esta evolução é o resultado da conjugação da redução dos FSE em 94,1 M€ (-3,6%) com o aumento dos Gastos com Pessoal<sup>2</sup> em 89,0 M€ (+7,8%), decorrentes da reposição dos subsídios de Natal e de férias em 2013, e do aumento dos CMVMC em 46,5 M€ (+10,6%).



Nos Gastos com Pessoal, destacam-se a NAV e a Carris que diminuíram os seus custos em 13,1 M€ e 7,2 M€, respetivamente, efeito conjugado das novas regras de contabilização do Fundo de Pensões e da redução do número de trabalhadores.

<sup>2</sup> Excluindo indemnizações por cessação do contrato de trabalho.



Os FSE do SEE, excluindo sector da Saúde, reduziram 5,8% no 4.º trimestre de 2013, cerca de 157,0 M€, face ao período homólogo, atingindo um total de 2.539,4 M€. Para esta evolução contribuíram essencialmente as seguintes empresas:

- TAP, SA, com -44,9 M€ (-2,5%);
- EP, com -24,7 M€ (-13,2%); e
- EMA, com -14,6 M€ (-47,7%), decorrente da transferência de competências para a ANPC.

A variação remanescente é justificada pela diminuição do investimento em ILD do MP e EDIA, em cerca de 63,0 M€ no seu conjunto.

O CMVMC, excluindo sector da Saúde, atingiu o valor de 692,8 M€ no final do 4.º trimestre de 2013, uma redução de 40,6% face a igual período do ano anterior, sendo explicado pela EP através da diminuição do investimento em ILD, em cerca de 520,2 M€, e pela RTP, em cerca de 28,2 M€ decorrente de economias nos custos externos da grelha de programas.

Por outro lado a ENMC apresenta um crescimento de 69,8 M€ correspondente ao custo da reposição das reservas de combustível.

**Quadro 3.1.2. – Gastos Operacionais do SEE**

Unid: Milhares de euros

	4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
Comunicação Social	199.687	231.120	-31.433	-13,6%
Cultura	26.016	23.440	2.576	11,0%
Infraestruturas	1.084.359	1.613.145	-528.787	-32,8%
Req. Urbana e Ambiental	12.680	15.856	-3.176	-20,0%
Transportes	621.870	674.831	-52.961	-7,8%
Outros	184.164	129.659	54.504	42,0%
Empresas Parpública	2.349.244	2.331.989	17.256	0,7%
<b>Subtotal</b>	<b>4.478.020</b>	<b>5.020.041</b>	<b>-542.021</b>	<b>-10,8%</b>
Saúde	4.030.512	4.044.069	-13.556	-0,3%
<b>Total</b>	<b>8.508.533</b>	<b>9.064.110</b>	<b>-555.577</b>	<b>-6,1%</b>

Fonte: SIRIEF e empresas

O sector da Saúde, observou uma diminuição dos FSE e do CMVMC em cerca de 50,8 M€ e 17,6 M€, respetivamente, poupanças estas parcialmente absorvidas pelo acréscimo nos custos com pessoal, gerado pela reposição dos subsídios de férias e Natal, os quais aumentaram 54,8 M€.

Assim, a combinação dos gastos operacionais no sector da Saúde resulta numa manutenção do nível de gastos, variando -0,3% em relação a 2012.



### 3.1.3. EBITDA - *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*

No 4.º trimestre de 2013, no SEE, excluindo o sector da Saúde, verificou-se uma melhoria do EBITDA, ao crescer 13,3%, atingindo um total de 1.719,8 M€.

**Quadro 3.1.3. – EBITDA do SEE**

Unid: Milhares de euros

	4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
Comunicação Social	32.363	29.227	3.136	10,7%
Cultura	1.321	634	687	108,2%
Infraestruturas	734.320	760.670	-26.350	-3,5%
Req. Urbana e Ambiental	-317	-3.554	3.237	91,1%
Transportes	77.819	-178.008	255.826	143,7%
Outros	132.958	3.973	128.984	3246,3%
Empresas Parpública	741.354	904.410	-163.056	-18,0%
<b>Subtotal</b>	<b>1.719.818</b>	<b>1.517.353</b>	<b>202.464</b>	<b>13,3%</b>
Saúde	-191.798	-149.786	-42.011	-28,0%
<b>Total</b>	<b>1.528.020</b>	<b>1.367.567</b>	<b>160.453</b>	<b>11,7%</b>

Fonte: SIRIEF

Em 2013, para a análise do sector dos Transportes e do seu contributo para a formação do EBITDA, além das receitas e gastos operacionais, há que referir o efeito da rubrica de justo valor, a qual produz um elevado impacto nestas empresas, explicado pela utilização de contratos de gestão de risco financeiro. A liquidação antecipada de alguns destes contratos no 2º trimestre de 2013 contribuiu positivamente para a evolução do EBITDA acumulado até ao final do ano.

Assim, no final do trimestre em análise, a variação do justo valor associado aos ganhos operacionais traduz-se num crescimento do EBITDA do sector dos Transportes de 255,8 M€ para um total de 77,8 M€, destacando-se:

- O MP, com um crescimento de 244,8 M€, atingindo 0,7 M€;
- A CP, com um crescimento de 15,4 M€, alcançando 51,6 M€; e
- A Carris, ao crescer 3,3 M€, para um total de 19,9 M€.

O maior contributo para esta evolução provém do MP, que em 2012 contabilizava -244,8 M€ e em 2013, alcançou uma variação de justo valor de 22,1 M€.

No caso da CP, esta beneficiou de um aumento de justo valor de 66,0 M€, que suportou o aumento de 14,5 M€ dos gastos com pessoal e a variação negativa de 40,0 M€ da rubrica de imparidades de dívidas a receber face ao ano anterior. A reversão de uma imparidade de cerca de 38,8 M€ em 2012, decorrente do recebimento extraordinário da dívida do Ministério da Defesa, originou uma melhoria dos resultados nesse ano, o qual não se verificou em 2013.

Enquanto a evolução da Carris é explicada pela combinação da redução dos gastos com pessoal (7,2 M€), aumento do volume de negócios (3,9 M€) e o reforço das provisões (6,7 M€).

No sector Outros o aumento de 129,0 M€ do EBITDA é justificado exclusivamente pelo aumento das vendas e serviços prestados da ENMC, explicado no ponto **3.1.1 Rendimentos Operacionais**.

No final do 4.º trimestre de 2013, a conclusão da privatização da ANA permitiu um aumento substancial do EBITDA das Empresas Parpública face ao trimestre anterior, atingindo um total de 741,4 M€. Contudo, esse valor foi insuficiente para superar aquele registado no 4.º trimestre de 2012, apresentando, por isso, um decréscimo de 18,0%, uma vez que a Parpública, atuando no domínio de gestor de participações em processo de privatização, e por isso sujeita a acentuadas variações dos seus resultados, incorporou em 2012 a receita da reprivatização da EDP e REN.

O sector das Infraestruturas apresenta um EBITDA positivo de 734,3 M€, revelando no entanto, uma diminuição de 3,5% no final de 2013, essencialmente explicado pela conjugação das variações dos resultados das seguintes empresas:

- EP, menos 22,7 M€ para um total de 554,6 M€;
- REFER, menos 12,0 M€ para 36,7 M€; e
- NAV Portugal, mais 14,8 M€ para 27,8 M€.

O sector da Saúde agrava o seu EBITDA em cerca de 42,0 M€, passando de -149,8 M€ para um total de -191,8 M€, como consequência da diminuição das receitas.

#### **3.1.4.EBITDA ajustado no sector dos Transportes e gestão da infraestrutura ferroviária**

No âmbito do memorando de entendimento de políticas económicas e financeiras, assinado entre Portugal, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, ficou estabelecido o compromisso de equilibrar a função operacional do sector dos Transportes e gestão da infraestrutura ferroviária.

Para o efeito, determinou-se utilizar como métrica a evolução do EBITDA ajustado face a 2010, expurgado de variações de justo valor e rubricas de efeito extraordinário, designadamente as resultantes de atividades de investimento em infraestruturas e de investimento em redução de pessoal.

Verifica-se assim uma evolução de 296,2 M€, entre o 4.º trimestre de 2010 e o 4º trimestre de 2013, no EBITDA ajustado do sector dos Transportes e gestão da infraestrutura ferroviária, excluindo a reintrodução de subsídios.

Com efeito, numa base comparável, o EBITDA ajustado passou de 4,6 M€ no 4º trimestre de 2012 para 51,1 M€ no 4º trimestre de 2013. A decisão de reintrodução de subsídios teve um impacto de 47,7 M€ neste sector, degradando o EBITDA ajustado total para 3,5 M€.

Quadro 3.1.4. – EBITDA ajustado agregado

Unid: Milhares de euros

EBITDAr	4.ºTrim 2010	4.ºTrim 2011	4.ºTrim 2012	4.ºTrim 2013	Δ 2010-2013
Vendas e Serviços Prestados (s/ IFRIC)	549.380,4	563.100,8	596.029,6	613.354,9	63.974,5
Indemnizações Compensatórias	198.902,6	218.337,3	171.916,2	171.915,7	-26.986,9
Outros subsídios e compensações financeiras	4.675,2	6.496,4	7.151,8	6.205,1	1.529,9
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>752.958,1</b>	<b>787.934,5</b>	<b>775.097,6</b>	<b>791.475,7</b>	<b>38.517,5</b>
CMVMC	83.634,6	82.388,5	47.523,2	46.369,8	-37.264,8
FSE (s/ IFRIC)	458.094,0	417.121,2	394.716,6	390.936,7	-67.157,3
Custos com Pessoal sem reintrodução de subsídios de férias e natal (1)	456.360,8	385.286,0	328.241,7	303.051,6	-153.309,2
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>998.089,4</b>	<b>884.795,7</b>	<b>770.481,5</b>	<b>740.358,1</b>	<b>-257.731,3</b>
<b>EBITDAr (sem reintrodução de subsídios)</b>	<b>-245.131,3</b>	<b>-96.861,2</b>	<b>4.616,2</b>	<b>51.117,5</b>	<b>296.248,8</b>
Encargos decorrentes da reintrodução de subsídios			9,3	47.661,8	
Custos com Pessoal	456.360,8	385.286,0	328.251,0	350.713,4	-105.647,4
<b>EBITDAr</b>	<b>-245.131,3</b>	<b>-96.861,2</b>	<b>4.606,9</b>	<b>3.455,7</b>	<b>248.587,0</b>
(1) Excluindo custos com rescisões, no valor de:	14.078,7	47.678,9	11.617,8	17.493,1	

Fonte: Ministério da Economia e do Emprego

### 3.1.5. Resultados Financeiros

No final de 2013, o SEE, excluindo o sector da Saúde, apresenta uma melhoria dos resultados financeiros, face ao período homólogo, ao reduzir 13,1% os prejuízos financeiros, para um total de -1.089,4 M€.

Quadro 3.1.5. – Resultados financeiros do SEE

Unid: Milhares de euros

	4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
Comunicação Social	-9.072	26.320	-35.393	-134,5%
Cultura	-11	-2	-9	-528,3%
Infraestruturas	-423.277	-422.863	-414	-0,1%
Req. Urbana e Ambiental	-10.193	-11.394	1.200	10,5%
Transportes	-327.574	-585.542	257.969	44,1%
Outros	-126.445	-15.641	-110.804	-708,4%
Empresas Parpública	-192.825	-243.959	51.134	21,0%
<b>Subtotal</b>	<b>-1.089.397</b>	<b>-1.253.080</b>	<b>163.683</b>	<b>13,1%</b>
Saúde	3.035	23.316	-20.281	-87,0%
<b>Total SEE</b>	<b>-1.086.362</b>	<b>-1.229.763</b>	<b>143.402</b>	<b>11,7%</b>

Fonte: SIRIEF

É de notar que a liquidação antecipada dos instrumentos financeiros derivados reflete-se nos resultados financeiros, regra geral, decorrente da diferença entre o valor de mercado destes instrumentos, registado no balanço das respetivas empresas, e o valor efetivamente pago no âmbito do seu cancelamento. Assim, a evolução positiva registada em alguns sectores resulta essencialmente do efeito da liquidação antecipada dos instrumentos financeiros derivados, ao registar ganhos resultantes da diferença entre o valor de mercado e o valor pago por estes instrumentos.

Com efeito, o sector dos Transportes apresenta uma melhoria substancial de 44,1%, explicada maioritariamente por:

- MP, com um crescimento de 159,7 M€, alcançando um resultado financeiro de -28,3 M€;
- STCP, melhorando 51,0 M€ para um total de -12,2 M€; e
- Carris, com um aumento no resultado financeiro de 53,5 M€, atingindo -8,6 M€.

As Empresas Parpública apresentam, em 2013, uma melhoria dos seus resultados financeiros, crescendo 51,1 M€ (+21%) face a 2012. Este resultado é explicado pela AdP, ampliando os seus resultados financeiros em 35,9 M€ (+87,1%), através do cancelamento de duas operações *swap*, e pela Parpública, com mais 11,3 M€ (+4,4%).

Por outro lado, o sector Outros incorre num forte agravamento dos resultados financeiros, passando de -15,6 M€ para -126,4 M€, como consequência da contabilização do custo da liquidação antecipada do *swap* da EGREP, atual ENMC, na sua totalidade.

Ao contrário da generalidade dos instrumentos financeiros liquidados, o *swap* cancelado pela ENMC não se encontrava refletido no balanço da empresa por se considerar que incorporava todas as condições estabelecidas na IAS 39<sup>3</sup>. Assim, apenas era mensurado, na demonstração de resultados, o juro decorrente do derivado e do empréstimo subjacente.

Como consequência, à data da liquidação antecipada, o custo teve de ser registado na sua totalidade, produzindo uma redução de 112,9 M€ nos resultados financeiros da ENMC.

O sector da Comunicação Social verifica também uma queda acentuada dos resultados financeiros, passando de um lucro de 26,3 M€ para um prejuízo de 9,1 M€. Para este resultado contribui o veículo financeiro *Eurogreen*, com uma redução dos juros obtidos em 2013.

Dada a própria natureza do sector da Saúde, os resultados financeiros deste sector são praticamente nulos.

### 3.1.6. Resultados Líquidos

O resultado líquido do SEE no final do 4.º trimestre de 2013, excluindo o sector da Saúde, apresentou um forte crescimento de cerca de 363,3 M€ face ao ano anterior, alcançando um total de -62,5 M€.

---

<sup>3</sup> *International Accounting Standard 39: Financial Instruments: Recognition and Measurement.*

Quadro 3.1.6. – Resultado líquido do SEE

Unid: Milhares de euros

	4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
Comunicação Social	12.745	41.612	-28.867	-69,4%
Cultura	637	-86	724	837,5%
Infraestruturas	-62.865	-22.293	-40.572	-182,0%
Req. Urbana e Ambiental	-10.103	-15.187	5.084	33,5%
Transportes	-433.113	-952.654	519.541	54,5%
Outros	582	-15.683	16.265	103,7%
Empresas Parpública	429.603	538.439	-108.835	-20,2%
<b>Subtotal</b>	<b>-62.513</b>	<b>-425.852</b>	<b>363.339</b>	<b>85,3%</b>
Saúde	-268.593	-273.533	4.940	1,8%
<b>Total</b>	<b>-331.106</b>	<b>-699.385</b>	<b>368.279</b>	<b>52,7%</b>

Fonte: SIRIEF

A variação positiva do resultado líquido agregado do SEE, excluindo o sector da Saúde, resulta em grande medida da evolução positiva verificada no sector dos Transportes, crescendo 519,5 M€ até ao final do 4.º trimestre de 2013, explicado maioritariamente pelo incremento do resultado líquido do MP (+404,6 M€), da Carris (+57,3 M€) e da STCP (+52,9 M€).

Em sentido inverso, refira-se o contributo negativo das Empresas Parpública, com uma redução do resultado líquido de 108,8 M€, explicado essencialmente pela conjugação dos resultados da Parpública, que apesar de positivos, observaram uma redução de 146,9 M€ face ao ano anterior, e da AdP.

O resultado líquido do sector das Infraestruturas agrava-se em 40,6 M€, essencialmente pela EP, já explicado anteriormente, e pela EDIA, que ao receber em 2012 um valor de subsídios ao investimento superior ao previsto, melhorou nesse ano o resultado operacional através da redução das imparidades acumuladas, pelo que os resultados apresentam uma variação negativa em 2013, face a 2012.

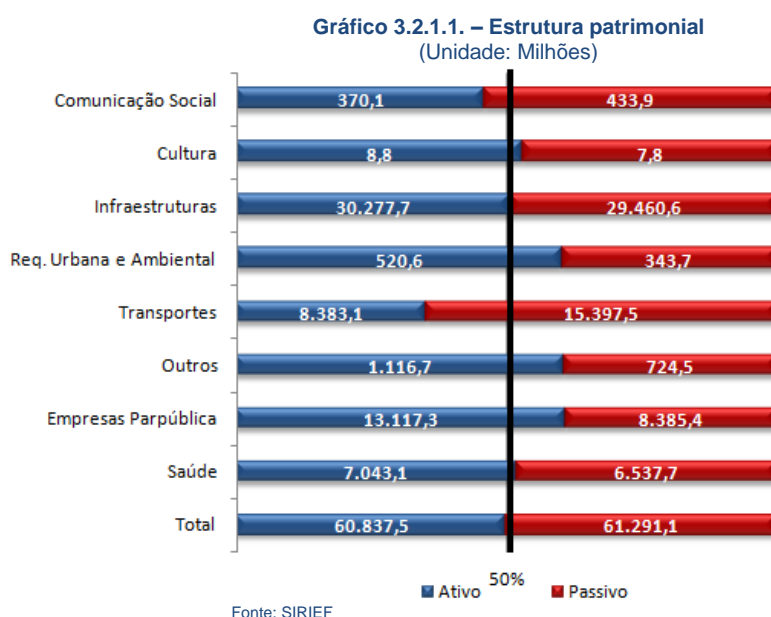
Enquanto no sector da Comunicação, os resultados financeiros da RTP, justificam a diminuição de 28,9 M€ face ao ano de 2012.

No sector da Saúde, a redução de proveitos foi compensada pela redução dos custos operacionais e por um aumento dos proveitos e ganhos extraordinários, decorrente do Programa Extraordinário de Regularização de Dívida, o que se traduziu num crescimento do resultado líquido do sector, com os prejuízos a diminuírem 4,9 M€ face a igual período do ano anterior, atingindo no final do 4.º trimestre de 2013 um total de 268,6 M€.

## 3.2. Análise Patrimonial

### 3.2.1. Estrutura Patrimonial / Capitais Próprios

Em termos patrimoniais, durante o ano de 2013, o SEE apresenta uma evolução positiva face ao ano de 2012, com um crescimento dos capitais próprios em 250,7 M€, decorrente de um crescimento do ativo (5,0%) superior ao do passivo (4,5%), que ascendem a 60.837,5 M€ e 61.291,1 M€, respetivamente.



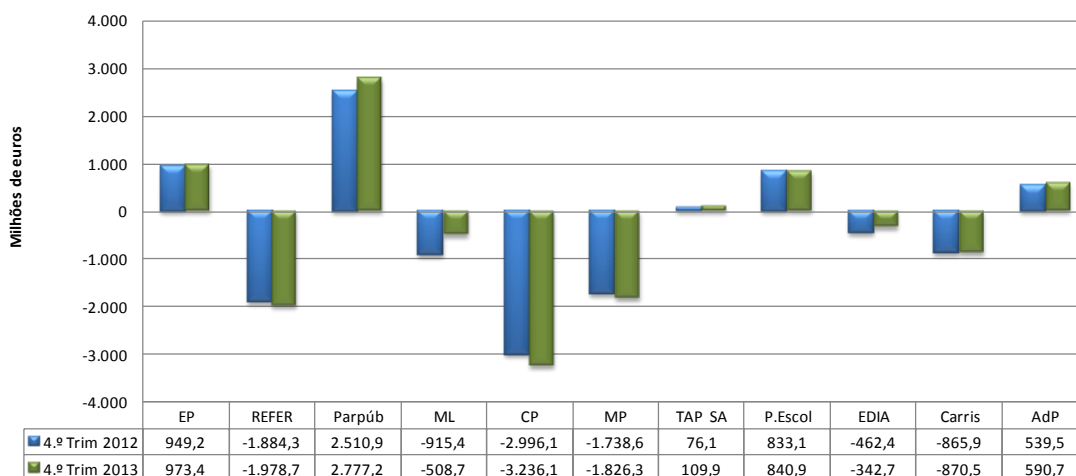
O gráfico acima evidencia a situação desequilibrada do sector dos Transportes, com o passivo a representar quase o dobro do ativo, atingindo, consequentemente, os capitais próprios o valor de -7.014,4 M€. Todavia, verificou-se uma melhoria dos capitais próprios de 0,5% face ao final do ano de 2012, em parte pelos aumentos de capital, realizados ao ML, em cerca de 475,4 M€.

Contribuindo negativamente para a evolução dos capitais próprios do sector dos Transportes estão as seguintes empresas:

- A CP com -240,0 M€ para um total de -3.236,1 M€;
- O MP com -87,8 M€ para -1.826,3 M€; e
- A STCP com -20,7 M€ para -428,3 M€.

O sector das Infraestruturas, decorrente do elevado volume de investimento inerente ao sector, apresenta um valor de ativo (30.277,7 M€) e passivo (29.460,6 M€) muito superior ao dos restantes, sendo de referir que, no ano de 2013, os capitais próprios do sector registaram uma melhoria de 10,4% face ao ano anterior.

**Gráfico 3.1.2.2. – Capital próprio das empresas com maior passivo**



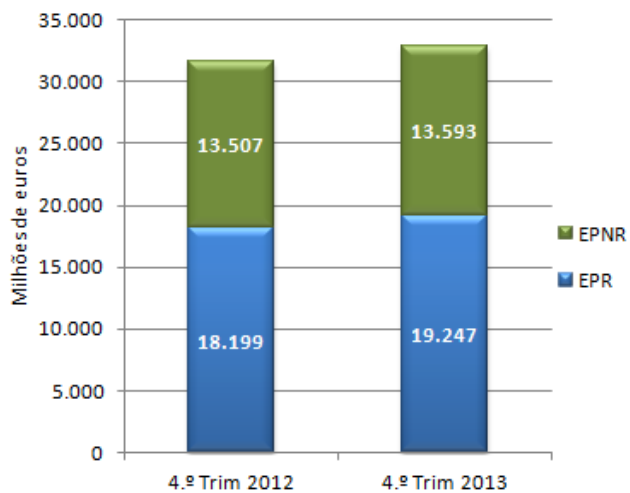
Fonte: SIRIEF

O gráfico acima apresentado mostra a evolução do capital próprio das 11 empresas com maior passivo, ordenado de forma decrescente do passivo.

### 3.2.2. Endividamento

Na análise do endividamento foi feita uma divisão entre EPNR e EPR, uma vez que o aumento do endividamento das EPR produz efeito na dívida pública, por estas empresas se encontrarem incluídas no perímetro de consolidação das Administrações Públicas.

**Gráfico 3.2.2.1. – Endividamento por EPR e EPNR**



Fonte: SIRIEF



Até ao final do 4.º trimestre de 2013, o SEE registou um aumento do endividamento de 3,6% face ao valor verificado no final de 2012, ascendendo a 32.840,0 M€, repartidos pelas EPNR, num total de 13.593,2 M€ (+0,6%), e EPR, num total de 19.246,9 M€ (+5,8%).

Nas EPNR, o aumento é explicado maioritariamente pela combinação do crescimento verificado na CP (+170,7 M€), Empordef (+50,1 M€), Carris (+42,1 M€), EDIA (+27,7 M€) e STCP (+25,3 M€).

Em sentido oposto, as Empresas Parpública registaram um decréscimo de 219,4 M€ face ao final de 2012, resultando das reduções na Parpública (-162,0 M€), na Sagestamo (-40,7 M€) e na TAP, SA (-19,7 M€).

**Quadro 3.2.2. – Endividamento**

Unid: Milhares de euros

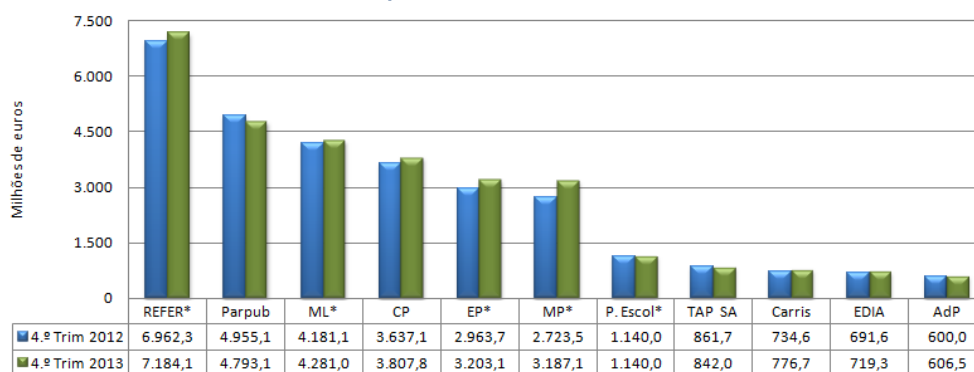
	4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
Comunicação Social	74.404	66.145	8.259	12,5%
Cultura	900	0	900	-
Infraestruturas	12.417.852	11.937.172	480.679	4,0%
Req. Urbana e Ambiental	167.079	162.713	4.366	2,7%
Transportes	12.625.849	11.810.848	815.000	6,9%
Outros	527.793	484.259	43.534	9,0%
Empresas Parpública	6.717.452	6.936.832	-219.380	-3,2%
Saúde	308.706	308.347	359	0,1%
<b>Total SEE</b>	<b>32.840.034</b>	<b>31.706.315</b>	<b>1.133.719</b>	<b>3,6%</b>

Fonte: SIRIEF

Relativamente às EPR o aumento de endividamento encontra-se concentrado no sector dos Transportes, cerca de 577,4 M€ (+8,2%), e das Infraestruturas, com mais 461,2 M€ (+4,2%), de onde se destacam as seguintes empresas:

- MP, com um crescimento de 463,7 M€ (+17,0%);
- EP, com um aumento de 239,4 M€ (+8,1%);
- REFER, crescendo 221,8 M€ (+3,2%); e
- ML, com mais 99,9 M€ (+2,4%).

**Gráfico 3.2.2.2. – Empresas do SEE com maior endividamento**



(\*) – EPR

Fonte: SIRIEF

As onze empresas constantes do gráfico acima representam, no seu somatório, 92,3% do endividamento total do SEE.

### 3.3. Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro

Em 2009, foi emitido o Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, definindo um conjunto de instruções a observar pelas EPNF que visavam mitigar os efeitos da volatilidade dos mercados financeiros sobre a situação das empresas, onde se incluía a obrigação das empresas prestarem ao Ministério das Finanças e da Administração Pública informação relativa à contratação de instrumentos derivados.

Em 2011, considerando a necessidade de reforçar o controlo preventivo relativamente à adoção de tais instrumentos, foi emitido o Despacho n.º 896/2011-SETF, de 9 de junho, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, determinando o envio à DGTF de informação detalhada sobre os Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro (IGRF), já contratados ou em projeto de contratação, pelo SEE, passando os novos IGRF a estar sujeitos a parecer prévio do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP). O mesmo despacho exigia ainda que as empresas fornecessem à DGTF informação detalhada sobre os IGRF, juntamente com proposta de decisão adequada à mitigação dos riscos e maximização da eficiência da operação de cobertura.

Em 2012, fruto da alteração dos estatutos do IGCP, E.P.E. (aprovados pelo Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 de agosto), foi atribuída a essa agência a gestão dos IGRF contratados pelas EPR, tendo sido igualmente estabelecida a necessidade das EPNR, submeterem a parecer do IGCP, E.P.E. os IGRF.

No final de 2012, o Estado Português iniciou um processo de reestruturação e simplificação das carteiras de IGRF das empresas públicas, tendo-se chegado a acordo com vários bancos, contrapartes das empresas nestas operações, para o seu cancelamento antecipado.

Em resultado deste processo, e do vencimento de algumas operações, à data de 31 de dezembro de 2013 subsistiam 53 IGRF nas carteiras de 12 empresas, repartidas por cinco sectores de atividade, com um nocional agregado de 2.660,2 M€, e um valor de mercado negativo da ordem dos 1.542,8 M€.

Desse universo, 9 derivados com estruturas do tipo “snowball” estão a ter a sua validade discutida nos tribunais ingleses, em processos interpostos pela contraparte<sup>4</sup>. O valor contratual e o valor de mercado destas 9 operações no final de 2013 ascendia a cerca de 456,5 M€ e -1.200,3 M€, respetivamente.

No que diz respeito às restantes 44 operações, o quadro seguinte exhibe o valor contratual e o valor de mercado dos IGRF (*MtM*) por empresa:

---

<sup>4</sup> O Banco Santander Totta, contraparte destas 9 operações, interpôs em Abril de 2013 num tribunal inglês um conjunto de ações de simples apreciação, nos termos das quais o banco requer o reconhecimento da validade dos contratos em causa.

Quadro 3.3.1. - IGRF por Sector (excluindo os 9 derivados cuja validade está a ser discutida nos tribunais)

Unid: Milhares de euros

Empresa	Nº Operações	Valor contratual	IGRF - MtM	Endividamento	MtM/Dívida (%)
APL <sup>1</sup>	1	12.900	-2.294	121.076	-1,9%
Refer	1	150.000	3.383	7.184.100	0,0%
<b>Subtotal Infra-Estruturas</b>	<b>2</b>	<b>162.900</b>	<b>1.090</b>	<b>7.305.177</b>	<b>0,0%</b>
Carris	2	186.000	-36.358	776.721	-4,7%
CP	3	273.729	-65.248	3.807.787	-1,7%
Metro Porto	2	107.059	-20.204	3.187.147	-0,6%
Metropolitano Lisboa	16	699.299	-65.083	4.281.014	-1,5%
TAP	9	94.805	4.763	841.989	0,6%
Transtêjo	1	27.500	-3.957	177.058	-2,2%
<b>Subtotal Transportes</b>	<b>33</b>	<b>1.388.392</b>	<b>-186.086</b>	<b>13.071.715</b>	<b>-1,4%</b>
ADP	4	170.000	-34.158	606.503	-5,6%
<b>Subtotal Serv. Utilidade Pública</b>	<b>4</b>	<b>170.000</b>	<b>-34.158</b>	<b>606.503</b>	<b>-5,6%</b>
SIMAB	1	17.361	-183	29.671	-0,6%
<b>Subtotal Outros Setores</b>	<b>1</b>	<b>17.361</b>	<b>-183</b>	<b>29.671</b>	<b>-0,6%</b>
Parpública <sup>2</sup>	4	465.069	-123.229	4.793.096	-2,6%
<b>Total Geral</b>	<b>44</b>	<b>2.203.722</b>	<b>-342.566</b>	<b>25.806.162</b>	<b>-1,3%</b>

(1) – Derivado embutido num contrato mútuo

(2) – Inclui obrigações convertíveis sobre ações da GALP

Fonte: Empresas

O quadro supra evidencia ainda o peso do valor de mercado dos IGRF contratados (*MtM*), à data de 31 de dezembro, face ao endividamento das empresas.

Em termos da exposição ao risco de taxa de juro, foi feita uma análise da sensibilidade destes IGRF à variação das taxas de juro, tendo-se apurado que uma variação positiva de 1% na curva de rendimentos do euro teria um impacto favorável de cerca de 107,7 M€, enquanto uma variação negativa de 1% provocaria um agravamento de 148,1 M€<sup>5</sup> no valor da carteira (Fonte: IGCP).

<sup>5</sup> Como já foi referido em boletins anteriores, nesta análise impôs-se como limite que as taxas de juro não poderiam assumir valores negativos, pelo que nos prazos mais curtos o choque de facto imposto à curva foi inferior (em valor absoluto) a 1%.

**Quadro 3.3.2. - Análise de sensibilidade à variação da curva de rendimentos do euro (excluindo os 9 derivados cuja validade está a ser discutida nos tribunais)**

Unid: Milhares de euros

Empresa	Nº Operações	IGRF - MtM	+1%	-1%
AdP	4	-34.158	4.291	-5.570
APL	1	-2.294	465	-467
Carris	2	-36.358	1.772	-1.247
CP	3	-65.248	3.402	-2.626
SIMAB	1	-183	0	0
Metropolitano Lisboa	16	-65.083	37.558	-64.910
Metro Porto	2	-20.204	433	-1.667
Parública	4	-123.229	58.783	-71.137
Refer	1	3.383	-582	886
TAP	9	4.763	710	-671
Transtejo	1	-3.957	854	-691
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>-342.566</b>	<b>107.685</b>	<b>-148.100</b>

Fonte: IGCP

Comparativamente com o 3º trimestre, a sensibilidade do valor global de mercado à subida da taxa de juro diminuiu em cerca de 14%, o que se deveu essencialmente à subida do nível geral das taxas entre este período.

### 3.4. Responsabilidades Contingentes

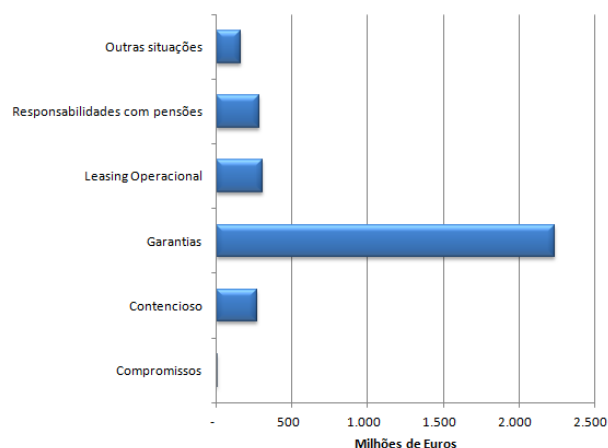
A informação recolhida junto das empresas do SEE teve em consideração a definição de “Responsabilidade Contingente” comumente aceite e coerente com as normas de contabilidade do SNC, presentemente em vigor.

As empresas analisadas reportaram, à data de 31 de dezembro, 511 situações com responsabilidades contingentes associadas, num total de 3.267,4 M€, representando um decréscimo de cerca 9,24% face ao número de operações reportado em setembro p.p.

A elevada variação verificada decorre da revisão pela Parque Escolar dos critérios a tomar em consideração no que respeita à categoria “compromissos”, dado existir um elevado montante contratualizado que, caso não seja executado, a Parque Escolar não incorre em qualquer responsabilidade, sendo que nestes casos não se enquadram na definição de ‘responsabilidade contingente’ no âmbito do SNC.

A maioria das responsabilidades contingentes, correspondendo a 2.771,5 M€ (cerca de 84,6% do total), reside em quatro empresas, sendo elas a AdP (com 55,9%), a TAP (com 15,4%), o ML (com 8,7%) e a EP (com 4,6%).

**Gráfico 3.4. - Responsabilidades contingentes por tipologia**



Fonte: Empresas

Nota: Outras situações incluem capital não realizado, PPP/concessões, responsabilidades com pensões e expropriações.

As responsabilidades contingentes são explicadas, principalmente, pelas garantias, *leasing* operacional e contencioso correspondendo, respetivamente, a 2.239,0 M€ (68,5%), 307,4 M€ (9,4%), 260,0 M€ (8,0%).

O elevado número de responsabilidades contingentes pendentes de resolução de processo em contencioso, conduz a que 88% das ocorrências não tenham um horizonte temporal definido para a sua resolução.

As responsabilidades com pensões, conforme o reporte das empresas, concentram-se no sector dos Transportes.

A desagregação das garantias concedidas por sector revela que 80,9% do seu montante está concentrado no sector dos Serviços de Utilidade Pública, com particular destaque para a AdP (sob a forma, nomeadamente, de fianças, garantias e cartas de conforto).

**Quadro 3.4. - Responsabilidades Contingentes por Sector**

Unid: Milhares de euros

Sector	Qt	Montante	Garantias		Contencioso		Leasing Operacional	
			Qt.	Montante	Qt.	Montante	Qt.	Montante
1.1. Comunicação Social	7	7.184	6	4.325	1	2.859	0	0
1.3.2. Infraestruturas Ferroviárias	5	7.828	3	3.096	1	2.051	0	0
1.3.3. Infraestruturas Portuárias	13	2.608	9	2.123	2	0	2	486
1.3.4. Infraestruturas Rodoviárias	6	151.608	3	150.474	1	0	2	1.134
1.3.5.Outras Infraestruturas	22	17.570	1	416	18	15.162	2	120
1.4. Requalificação Urbana e Ambiental	19	18.048	1	16	16	18.016	2	16
1.5. Saúde	253	78.498	0	0	225	61.252	13	524
1.6. Serviços de Utilidade Pública	24	1.830.495	5	1.812.105	11	0	0	0
1.7. Transportes	93	929.298	55	172.996	33	154.422	1	304.921
1.8. Parpública	14	121.750	1	1.942	5	6.182	4	198
1.9. Outros Sectores	55	102.585	27	91.457	17	10.173	7	268
<b>Total</b>	<b>511</b>	<b>3.267.472</b>	<b>111</b>	<b>2.238.951</b>	<b>313</b>	<b>259.944</b>	<b>26</b>	<b>307.399</b>

Fonte: Empresas

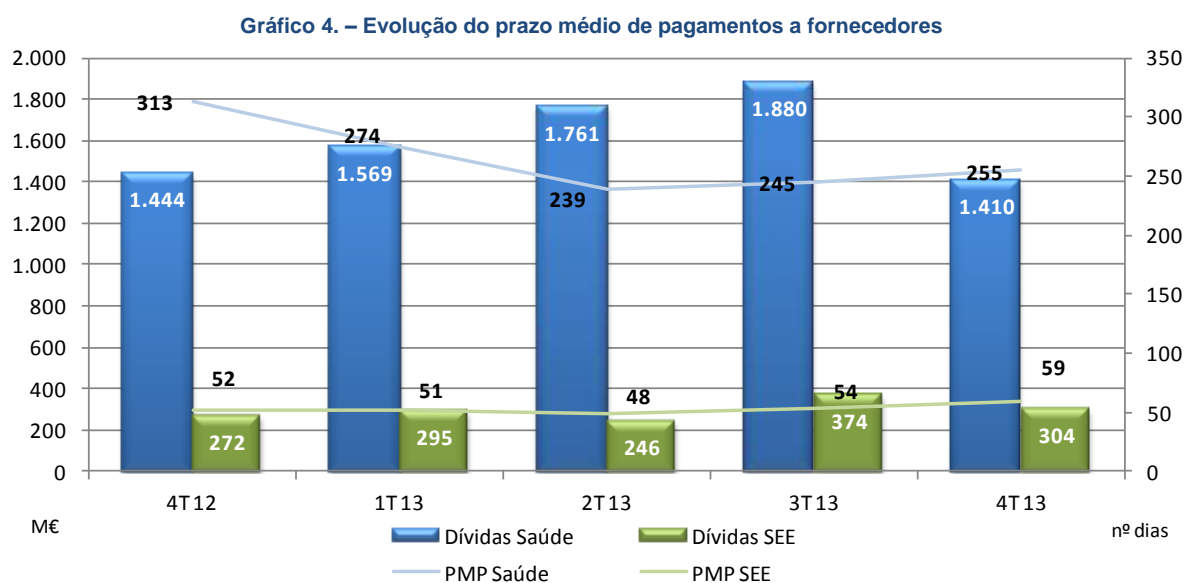
As empresas que apresentam maior montante no que respeita à categoria de “contencioso”, são a TAP<sup>6</sup>, a Parque Expo e a Parque Escolar, devendo-se os elevados montantes a contingências tributárias e a processos relacionados com expropriações, resultantes da realização de investimentos em ILD.

O *leasing* operacional encontra-se concentrado no sector dos Transportes, nomeadamente na TAP, em que a aquisição de algumas aeronaves é feita com recurso a este instrumento financeiro.

<sup>6</sup> Face aos valores incorridos pela TAP, foi incluída e considerada no sector dos Transportes, apesar de pertencer à Parpública.

#### 4. Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores

No âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro (Programa Pagar a Tempo e Horas, Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril), é importante analisar o prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP). O gráfico seguinte apresenta a evolução do PMP, conjugado com o valor em dívida para com fornecedores:



No 4.º trimestre de 2013, o sector da Saúde reduziu fortemente as dívidas a fornecedores, em cerca de 470,1 M€ face ao trimestre anterior, decorrente do Programa Extraordinário de Regularização de Dívidas do Serviço Nacional de Saúde (PERD 2013), que deverá traduzir-se numa redução do PMP em trimestres subsequentes. No final de 2013 este sector atingiu um PMP de 255 dias.

As restantes empresas do SEE alcançam um PMP de 59 dias, ligeiramente superior ao trimestre anterior.



## 5. Pagamentos em Atraso (Arrears)

Com o objetivo de uniformizar a informação relativa aos pagamentos em atraso por parte das empresas públicas, ao abrigo das negociações entre a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira<sup>7</sup> (PAEF) foi aprovado o Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, o qual determinou<sup>8</sup> que entidades que integram o universo das Administrações Públicas em Contas Nacionais, bem como as demais empresas públicas, devem fornecer à Direção Geral do Tesouro e Finanças, entre outras entidades, a informação relativa ao valor global das dívidas certas, líquidas e exigíveis que permanecem por pagar após 90 dias.

Dessa forma, pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012, foi aprovada a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a qual estabeleceu as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas incluídas no sector público administrativo<sup>9</sup>, determinando que a execução orçamental não pode conduzir à acumulação de pagamentos em atraso.

Para o efeito, a LCPA considera<sup>10</sup> *“Pagamentos em atraso» as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes”*.

No período em análise, globalmente<sup>11</sup> assistiu-se, comparativamente ao 4.º trimestre de 2012, a um aumento de 42,4 M€ no volume dos pagamentos em atraso (*“arrears”*), de 61,2 M€ para 103,6 M€, verificando-se no subgrupo das Empresas Públicas Não Reclassificadas (EPNR) uma evolução desfavorável, influenciada essencialmente pela CP, cujo volume dos pagamentos em atraso passou de 29,1 M€ no 4.º trimestre de 2012 para 99,0 M€ no 4.º trimestre de 2013, dos quais cerca de 98,0 M€ correspondem a dívidas à REFER. Constata-se, assim que, entre as Empresas Públicas Não Financeiras (excluindo o Sector da Saúde), o peso dos pagamentos em atraso, quando comparado com o montante das aquisições, cresceu de 9,8% para 23,0%.

No que importa às EPR, estas estão sujeitas ao cumprimento da LCPA, a qual estabeleceu as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. De mencionar, ainda, que o controlo da despesa pública é um elemento crítico para

<sup>7</sup> Celebrado com a União Europeia, o FMI e o Banco Central Europeu.

<sup>8</sup> Conforme decorre do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.

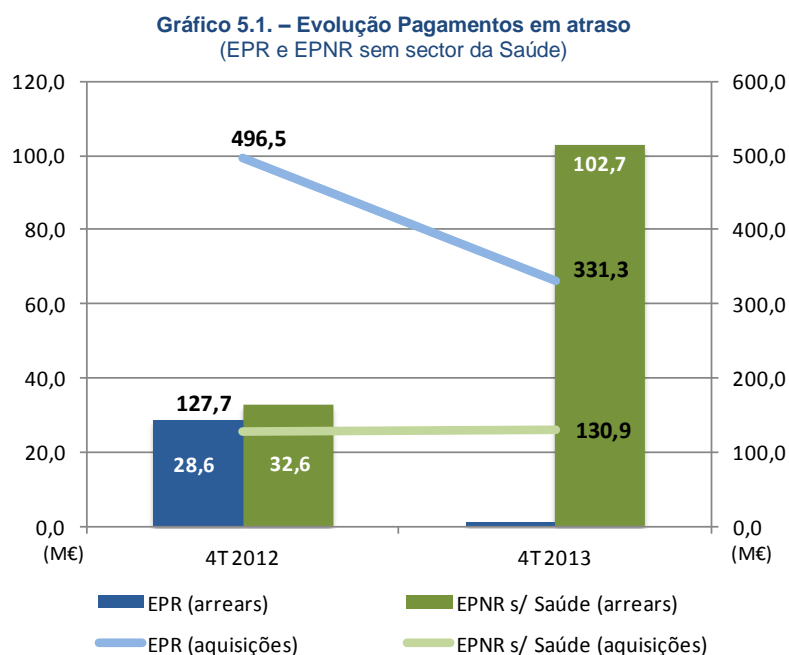
<sup>9</sup> Abarca as entidades inseridas no perímetro de consolidação das Administrações Públicas no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, ou seja, as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), conforme decorre do n.º 5 do artigo 2.º da Lei do Enquadramento Orçamental, Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho.

<sup>10</sup> Alínea e) do Artigo 3.º da LCPA.

<sup>11</sup> Pela sua especificidade e dimensão, o Sector da Saúde é analisado autonomamente.

garantir o cumprimento das metas orçamentais do PAEF, sendo a não acumulação<sup>12</sup> de dívidas vencidas um critério quantitativo permanente de avaliação do PAEF.

No período em análise, nas EPR observou-se uma redução de cerca de 27,6 M€, destacando-se o contributo do Metro do Porto, cujo volume dos pagamentos em atraso passou de 15,7 M€ para 0,8 M€, variação esta decorrente do acordo assinado com a Normetro, ACE<sup>13</sup>.

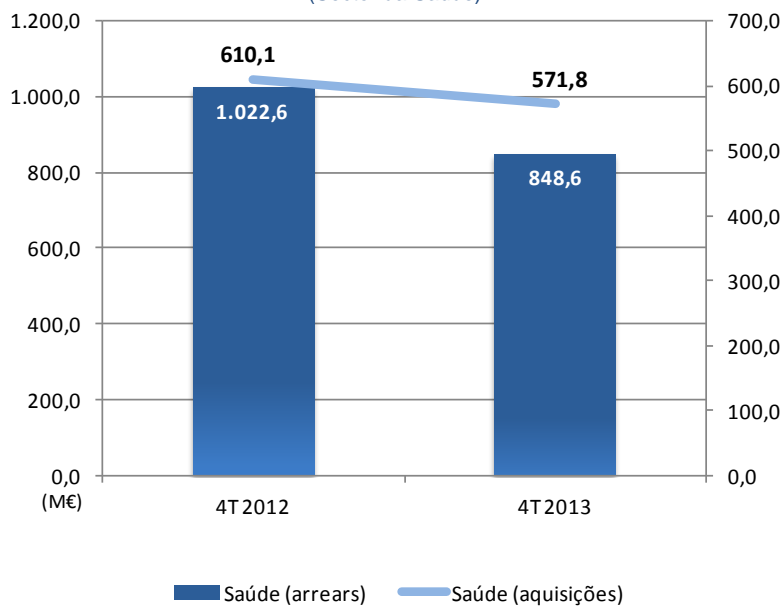


No Sector da Saúde verificou-se, também, uma diminuição do volume dos pagamentos em atraso em 174,0 M€, tendo passado de 1.022,6 M€ para 848,6 M€, o que reflete essencialmente o efeito do Programa Extraordinário de Regularização de Dívidas do Serviço Nacional de Saúde (PERD 2013), que permitiu regularizar valores em dívida e negociar prazos de pagamento mais favoráveis com os maiores fornecedores dos hospitais. Para esta evolução também contribuiu o prosseguimento de políticas de contenção de gastos.

<sup>12</sup> Note-se que neste capítulo apenas se irá comparar o trimestre em análise com o período homólogo do ano anterior.

<sup>13</sup> Foi definido o dia 28 de fevereiro de 2015 como data para pagamento da fatura relativa ao denominado «Acordo Global de Contas para Fecho do Contrato», no valor de M€ 15, razão pela qual esta deixou de ser registada como pagamento em atraso.

**Gráfico 5.2. – Evolução Pagamentos em atraso**  
(Sector da Saúde)



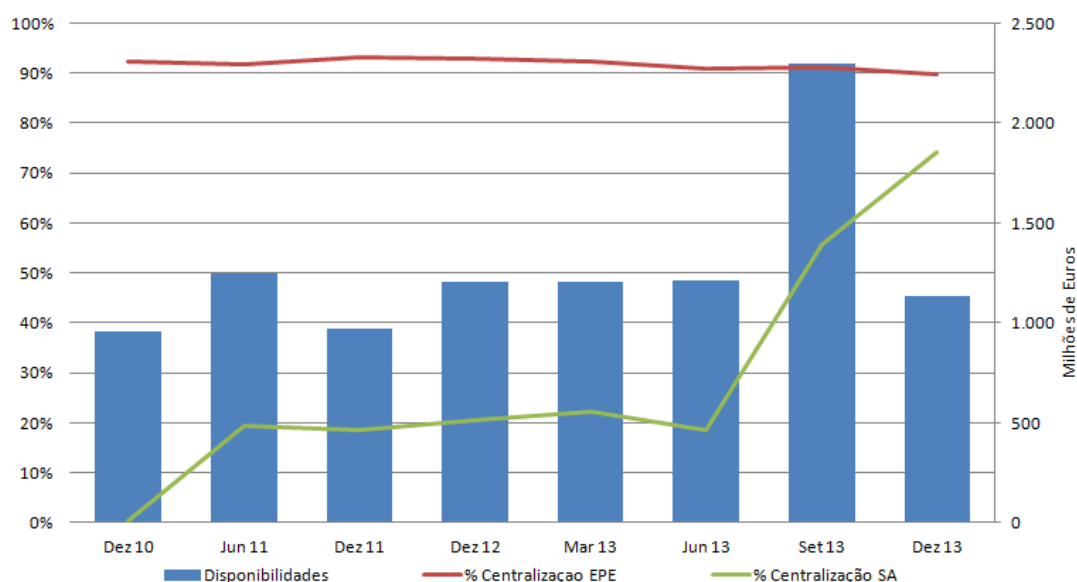
Fonte: ACSS

## 6. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 previu pela primeira vez a obrigatoriedade de todas as EPNF, Sociedades Anónimas (SA) ou Entidades Públicas Empresariais (EPE), manterem as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP. Esta orientação foi concretizada, em final de 2010, mantendo-se em vigor desde então. Salienta-se o facto de as EPE estarem obrigadas ao cumprimento do Princípio da Unidade da Tesouraria do Estado (UTE) desde 2005.

No âmbito do desenvolvimento do acompanhamento das empresas com vista à avaliação do cumprimento do Princípio da UTE, passou a ser recolhida através da plataforma SIRIEF, de forma sistemática, informação junto das EPNF detidas diretamente pela DGTF.

Tabela 6.1. - Centralização das disponibilidades por tipo de empresa

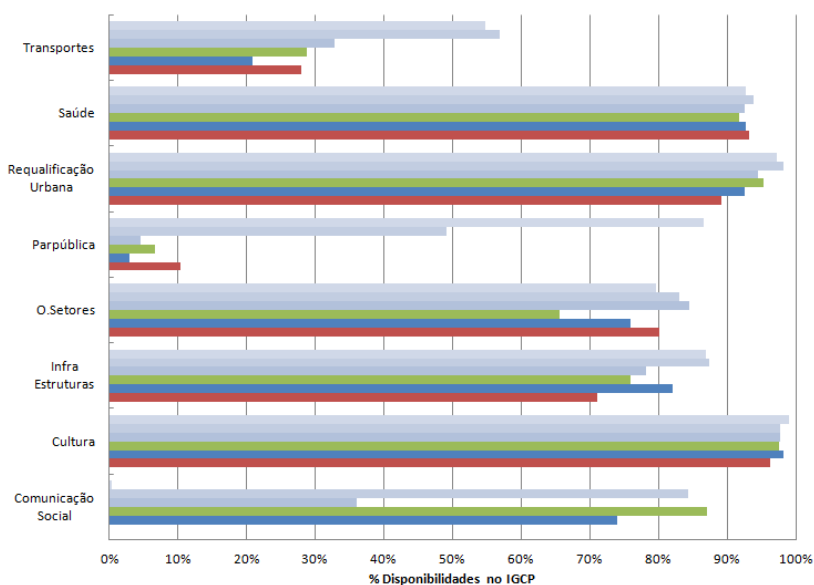


Fonte: SIRIEF

As EPE têm apresentado uma taxa de centralização relativamente estável, na ordem dos 91%. No entanto, no 4.º trimestre de 2013, em linha com o já sucedido no trimestre anterior, verificou-se uma quebra na taxa de centralização das disponibilidades para 89,7%, a qual é explicada essencialmente pelo sector dos Transportes.

No 4.º trimestre de 2013, as SA apresentaram uma taxa de centralização que ronda os 74,3%, representando um acréscimo de 18,5% face ao anterior trimestre, sendo explicado por um aumento da taxa de centralização de fundos da Parpública, ainda que em termos absolutos tenha ocorrido uma redução das disponibilidades depositadas no IGCP. Note-se que no 4.º trimestre, a Parpública representava 11,6% do total dos fundos depositados pelas empresas do SEE no IGCP, contra os 61,5% no anterior trimestre.

**Tabela 6.2. - Fundos centralizados no IGCP por sector de atividade**

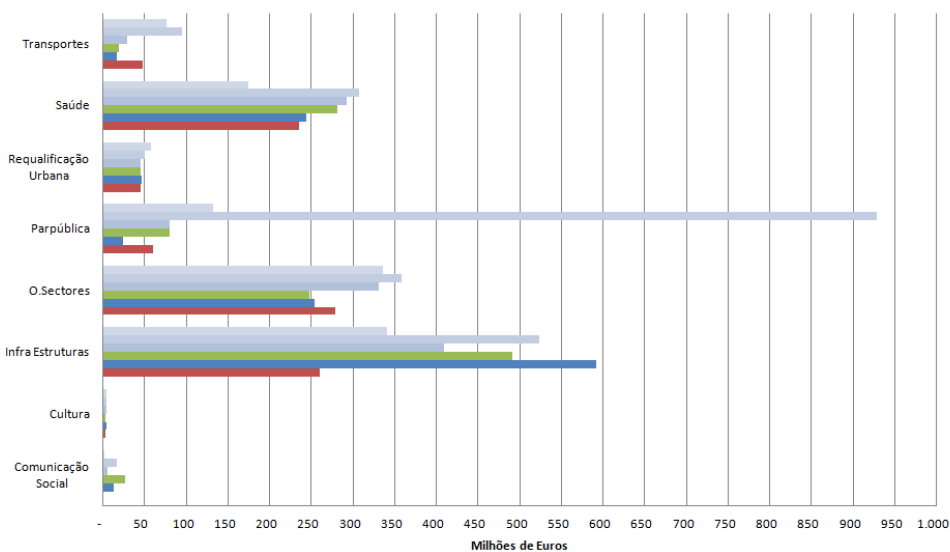


Fonte: SIRIEF

Os sectores mais expressivos em termos de percentagem de centralização de fundos no IGCP continuam a ser os da Cultura, Saúde, e Requalificação Urbana e Ambiental.

No entanto, numa análise dos fundos centralizados no IGCP, por setor de atividade, excluindo o efeito da variação das disponibilidades da Parpública, verifica-se que as Infraestruturas assumem particular relevância, onde a Parque Escolar assume um peso significativo.

**Tabela 6.3. - Centralização de disponibilidades por sector de atividade**



Fonte: SIRIEF

De notar que o sector dos Transportes apresenta reduzidas disponibilidades correspondentes a baixos níveis de liquidez existentes no sector.

# ANEXOS

## A – UNIVERSO SEE ANALISADO

### Comunicação Social

Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA

RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA<sup>1</sup>

### Cultura

OPART - Organismo de Produção Artística, EPE

Teatro Nacional D. Maria II, EPE

Teatro Nacional S. João, EPE<sup>1</sup>

### Gestão de Infraestruturas

#### Infraestruturas Aéreas

ANAM - Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, SA

Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal EPE

#### Infraestruturas Ferroviárias

REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE<sup>1</sup>

#### Infraestruturas Portuárias

APA - Administração do Porto de Aveiro, SA

APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA

APL - Administração do Porto de Lisboa, SA

APS - Administração do Porto de Sines, SA

APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA

#### Infraestruturas Rodoviárias

EP - Estradas de Portugal, SA<sup>1</sup>

#### Outras Infraestruturas

Docapesca - Portos e Lotas, SA

EDIA - Empresa Desenv. Infraest Alqueva, SA

Parque Escolar, EPE<sup>1</sup>

### Requalificação Urbana

CostaPolis - Soc.Des.Programa PolisCostaCaparica, SA<sup>1</sup>

Parque Expo 98, SA

Polis Litoral Norte, SA<sup>1</sup>

Polis Litoral Ria Aveiro, SA<sup>1</sup>

Polis Litoral Ria Formosa, SA<sup>1</sup>

Polis Litoral Sudoeste, SA<sup>1</sup>

VianaPolis-Soc.Des.Progra. Polis Viana do Castelo, SA<sup>1</sup>

### Transportes

Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA

CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EPE

Metro do Mondego, SA

Metro do Porto, SA<sup>1</sup>

Metropolitano de Lisboa, EPE<sup>1</sup>

STCP - Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA

Transtejo - Transportes do Tejo, SA<sup>1</sup>

### Parpública

ADP - Águas de Portugal, SA

Companhia das Lezírias, SA

Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA

Parpública-Participações Públicas, SGPS, SA

Sagestamo-Soc. Gest. de Participações Sociais Imob.,SGPS, SA

SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA

TAP, SA

### Saúde

Centro Hospitalar Baixo Vouga, EPE

Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE

Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE

Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde, EPE

Centro Hospitalar de Leiria, EPE

Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE

Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE

Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE

Centro Hospitalar de Setúbal, EPE

Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE

Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE

Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE

Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE

Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE

Centro Hospitalar do Porto, EPE

Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE

Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE

Centro Hospitalar entre o Douro e Vouga, EPE

Centro Hospitalar São João, EPE

Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE

Hospital de Magalhães Lemos, EPE

Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE

Hospital Distrital de Santarém, EPE

Hospital do Espírito Santo de Évora, EPE

Hospital Garcia da Orta, EPE

Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE

Hospital Santa Maria Maior, EPE

IPO - Coimbra, EPE

IPO - Lisboa, EPE

IPO - Porto, EPE

Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE

Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE

Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE

Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE

Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE

Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE

Unidade Local de Saude do Nordeste, EPE

Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE

### Outros Sectores

AICEP - Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, EPE

EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SGPS, SA

ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, EPE

EMA - Empresa de Meios Aéreos, SA<sup>1</sup>

Empordef - Empresa Portuguesa de Defesa, SPGS, SA

SIEV - Sistema de Identif. Eletrónica de Veículos, SA<sup>1</sup>

(1) Entidades públicas reclassificadas (EPR).



## B - ANÁLISE DOS RESULTADOS

Quadro B.1 – Rendimentos Operacionais

Unid: Milhares de euros

		Volume de Negócios				Subsídios à Exploração				Var. nos Inventários de Produção e Trabalhos para a Própria Entidade			
		4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
<b>Comunicação Social</b>													
	Lusa	14.311	19.485	-5.174	-26,6%	21	96	-76	-78,5%	0	0	0	-
	RTP	191.759	183.756	8.003	4,4%	42.356	73.510	-31.155	-42,4%	0	0	0	-
	<i>subtotal</i>	<i>206.070</i>	<i>203.242</i>	<i>2.829</i>	<i>1,4%</i>	<i>42.376</i>	<i>73.606</i>	<i>-31.230</i>	<i>-42,4%</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>-</i>
<b>Cultura</b>													
	<i>subtotal</i>	<i>4.878</i>	<i>4.627</i>	<i>251</i>	<i>5,4%</i>	<i>20.100</i>	<i>20.530</i>	<i>-430</i>	<i>-2,1%</i>	<i>203</i>	<i>-192</i>	<i>394</i>	<i>205,6%</i>
<b>Infraestruturas</b>													
	Adm. Portuárias	144.507	140.464	4.043	2,9%	194	83	111	133,0%	517	417	100	24,0%
	EDIA	17.613	14.806	2.807	19,0%	512	40	471	1170,8%	32.150	42.204	-10.053	-23,8%
	Estradas de Portugal	1.109.471	1.679.212	-569.741	-33,9%	0	5	-5	-100,0%	0	0	0	-
	Parque Escolar	53.207	45.989	7.218	15,7%	0	0	0	-	2.583	4.077	-1.494	-36,7%
	REFER	100.121	100.388	-267	-0,3%	43.700	39.600	4.100	10,4%	0	0	0	-
	Outros	195.261	202.244	-6.984	-3,5%	311	0	311	-	1.525	770	755	98,1%
	<i>subtotal</i>	<i>1.620.180</i>	<i>2.183.104</i>	<i>-562.923</i>	<i>-25,8%</i>	<i>44.717</i>	<i>39.728</i>	<i>4.989</i>	<i>12,6%</i>	<i>36.774</i>	<i>47.467</i>	<i>-10.693</i>	<i>-22,5%</i>
<b>Req. Urbana e Ambiental</b>													
	Parque Expo	4.138	9.584	-5.446	-56,8%	0	0	0	-	0	0	0	-
	Outros	0	0	0	-	1	0	1	-	1.753	982	771	78,5%
	<i>subtotal</i>	<i>4.138</i>	<i>9.584</i>	<i>-5.446</i>	<i>-56,8%</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>-</i>	<i>1.753</i>	<i>982</i>	<i>771</i>	<i>78,5%</i>
<b>Transportes</b>													
	CP	229.840	236.410	-6.570	-2,8%	34.306	35.362	-1.056	-3,0%	0	0	0	-
	Metropolitano de Lisboa	80.887	81.733	-846	-1,0%	45.058	46.102	-1.044	-2,3%	110	4.465	-4.355	-97,5%
	Metro do Porto	52.451	100.161	-47.711	-47,6%	11.536	11.545	-9	-0,1%	0	0	0	-
	STCP	46.310	50.072	-3.762	-7,5%	10.211	10.729	-517	-4,8%	0	63	-63	-99,9%
	Carris	88.924	85.002	3.922	4,6%	22.289	23.119	-830	-3,6%	167	164	4	2,4%
	Outros	14.776	15.084	-308	-2,0%	7.688	8.034	-346	-4,3%	621	566	54	9,6%
	<i>subtotal</i>	<i>513.187</i>	<i>568.463</i>	<i>-55.276</i>	<i>-9,7%</i>	<i>131.089</i>	<i>134.891</i>	<i>-3.802</i>	<i>-2,8%</i>	<i>898</i>	<i>5.258</i>	<i>-4.360</i>	<i>-82,9%</i>
<b>Outros</b>													
	ENMC	219.287	37.922	181.366	478,3%	0	0	0	-	0	0	0	-
	Outros	90.854	98.795	-7.941	-8,0%	0	0	0	-	874	683	191	27,9%
	<i>subtotal</i>	<i>310.142</i>	<i>136.717</i>	<i>173.425</i>	<i>126,8%</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>-</i>	<i>874</i>	<i>683</i>	<i>191</i>	<i>27,9%</i>
<b>Empresas Parpública</b>													
	Parpública	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-
	ADP - Águas de Portugal	11.263	10.664	600	5,6%	0	0	0	-	0	0	0	-
	Sagestamo	831	1.356	-525	-38,7%	0	0	0	-	0	0	0	-
	TAP SA	2.421.846	2.378.507	43.339	1,8%	0	4.307	-4.307	-100,0%	-5.072	-6.743	1.672	24,8%
	Outros	83.154	85.084	-1.930	-2,3%	1.860	4.590	-2.730	-59,5%	-4.653	-1.708	-2.944	-172,3%
	<i>subtotal</i>	<i>2.517.094</i>	<i>2.475.611</i>	<i>41.483</i>	<i>1,7%</i>	<i>1.860</i>	<i>8.897</i>	<i>-7.037</i>	<i>-79,1%</i>	<i>-9.724</i>	<i>-8.452</i>	<i>-1.273</i>	<i>-15,1%</i>
<b>Total SEE (sem sector da Saúde)</b>		<b>5.175.691</b>	<b>5.581.347</b>	<b>-405.656</b>	<b>-7,3%</b>	<b>240.144</b>	<b>277.654</b>	<b>-37.510</b>	<b>-13,5%</b>	<b>30.778</b>	<b>45.747</b>	<b>-14.970</b>	<b>-32,7%</b>

Fonte: SIRIEF e empresas

(continuação)

Unid: Milhares de euros

	Volume de Negócios				Subsídios à Exploração				Var. nos Inventários de Produção e Trabalhos para a Própria Entidade			
	4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
<b>Saúde</b>												
CH de Lisboa Norte	311.981	305.266	6.715	2,2%	289	24	265	1083,2%	0	0	0	-
CH de Lisboa Ocidental	199.980	195.959	4.021	2,1%	147	15	132	884,3%	0	0	0	-
CH do Porto	208.218	230.061	-21.843	-9,5%	0	0	0	-	0	0	0	-
CH e Universitário de Coimbra	356.833	361.907	-5.074	-1,4%	14	41	-27	-66,2%	0	0	0	-
CH São João	296.820	290.928	5.892	2,0%	21	38	-17	-45,2%	0	0	0	-
Outros	2.276.443	2.341.442	-64.999	-2,8%	3.775	4.005	-230	-5,7%	0	0	0	-
<b>Total sector da Saúde*</b>	<b>3.650.276</b>	<b>3.725.563</b>	<b>-75.288</b>	<b>-2,0%</b>	<b>5.484</b>	<b>5.452</b>	<b>31</b>	<b>0,6%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Entidades novas e/ou sem dados no 4ºTrim 2013</b>												
CH Baixo Vouga	60.261	-	-	-	354	-	-	-	0	-	-	-
CH de Lisboa Central	376.613	-	-	-	101	-	-	-	0	-	-	-
ULS do Litoral Alentejano	53.813	-	-	-	113	-	-	-	0	-	-	-

(\*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas

Quadro B.2 – Gastos Operacionais

Unid: Milhares de euros

		Gastos com Pessoal				Fornecimentos e Serviços Externos				CMVMC			
		4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
<b>Comunicação Social</b>													
	Lusa	11.055	11.638	-583	-5,0%	3.812	4.271	-459	-10,7%	89	76	14	17,8%
	RTP	80.699	78.687	2.011	2,6%	35.632	39.882	-4.250	-10,7%	68.400	96.566	-28.166	-29,2%
	<i>subtotal</i>	<i>91.754</i>	<i>90.326</i>	<i>1.428</i>	<i>1,6%</i>	<i>39.444</i>	<i>44.153</i>	<i>-4.709</i>	<i>-10,7%</i>	<i>68.490</i>	<i>96.642</i>	<i>-28.152</i>	<i>-29,1%</i>
<b>Cultura</b>													
	<i>subtotal</i>	<i>19.162</i>	<i>16.182</i>	<i>2.980</i>	<i>18,4%</i>	<i>6.833</i>	<i>7.232</i>	<i>-399</i>	<i>-5,5%</i>	<i>21</i>	<i>26</i>	<i>-5</i>	<i>-18,8%</i>
<b>Infraestruturas</b>													
	Adm. Portuárias	50.506	44.654	5.852	13,1%	24.994	24.739	255	1,0%	2.971	2.712	258	9,5%
	EDIA	6.188	5.102	1.086	21,3%	36.257	46.964	-10.707	-22,8%	15	11	4	42,1%
	Estradas de Portugal	34.691	33.498	1.193	3,6%	163.112	187.816	-24.704	-13,2%	398.180	908.238	-510.058	-56,2%
	Parque Escolar	9.927	9.661	266	2,8%	6.801	7.057	-256	-3,6%	0	0	0	-
	REFER	90.559	77.800	12.759	16,4%	94.404	88.041	6.362	7,2%	6.402	4.326	2.076	48,0%
	Outros	136.817	149.228	-12.411	-8,3%	20.050	20.437	-387	-1,9%	2.484	2.860	-375	-13,1%
	<i>subtotal</i>	<i>328.689</i>	<i>319.943</i>	<i>8.746</i>	<i>2,7%</i>	<i>345.618</i>	<i>375.055</i>	<i>-29.437</i>	<i>-7,8%</i>	<i>410.052</i>	<i>918.147</i>	<i>-508.095</i>	<i>-55,3%</i>
<b>Req. Urbana e Ambiental</b>													
	Parque Expo	6.562	6.922	-360	-5,2%	2.421	3.348	-927	-27,7%	134	2.194	-2.059	-93,9%
	Outros	209	145	64	44,2%	3.353	3.247	106	3,3%	0	0	0	-
	<i>subtotal</i>	<i>6.771</i>	<i>7.067</i>	<i>-295</i>	<i>-4,2%</i>	<i>5.774</i>	<i>6.596</i>	<i>-821</i>	<i>-12,5%</i>	<i>134</i>	<i>2.194</i>	<i>-2.059</i>	<i>-93,9%</i>
<b>Transportes</b>													
	CP	98.000	83.530	14.470	17,3%	166.601	165.581	1.020	0,6%	8.478	9.284	-807	-8,7%
	Metropolitano de Lisboa	75.363	75.298	65	0,1%	32.288	35.346	-3.058	-8,7%	2.150	2.205	-55	-2,5%
	Metro do Porto	4.884	4.250	634	14,9%	58.032	107.984	-49.952	-46,3%	0	0	0	-
	STCP	32.096	30.954	1.142	3,7%	24.927	31.021	-6.095	-19,6%	1.342	1.260	82	6,5%
	Carris	47.727	54.932	-7.205	-13,1%	19.871	19.880	-9	0,0%	19.124	20.519	-1.395	-6,8%
	Outros	13.323	12.749	573	4,5%	8.829	10.150	-1.320	-13,0%	8.835	9.889	-1.054	-10,7%
	<i>subtotal</i>	<i>271.394</i>	<i>261.713</i>	<i>9.680</i>	<i>3,7%</i>	<i>310.548</i>	<i>369.961</i>	<i>-59.413</i>	<i>-16,1%</i>	<i>39.929</i>	<i>43.157</i>	<i>-3.228</i>	<i>-7,5%</i>
<b>Outros</b>													
	ENMC	335	222	113	51,0%	22.092	22.000	92	0,4%	69.790	0	69.790	-
	Outros	35.824	34.136	1.687	4,9%	54.165	71.692	-17.528	-24,4%	1.957	1.608	349	21,7%
	<i>subtotal</i>	<i>36.159</i>	<i>34.358</i>	<i>1.801</i>	<i>5,2%</i>	<i>76.257</i>	<i>93.693</i>	<i>-17.436</i>	<i>-18,6%</i>	<i>71.747</i>	<i>1.608</i>	<i>70.139</i>	<i>4361,6%</i>
<b>Empresas Parpública</b>													
	Parpública	2.412	1.802	610	33,8%	2.761	3.023	-261	-8,7%	0	0	0	-
	ADP - Águas de Portugal	4.341	3.756	585	15,6%	5.881	5.449	432	7,9%	0	0	0	-
	Sagestamo	996	841	155	18,4%	656	643	13	2,1%	0	0	0	-
	TAP SA	457.866	397.617	60.250	15,2%	1.728.841	1.773.717	-44.876	-2,5%	83.482	81.358	2.124	2,6%
	Outros	26.273	23.459	2.814	12,0%	16.824	16.959	-135	-0,8%	18.911	23.365	-4.454	-19,1%
	<i>subtotal</i>	<i>491.889</i>	<i>427.475</i>	<i>64.413</i>	<i>15,1%</i>	<i>1.754.963</i>	<i>1.799.790</i>	<i>-44.827</i>	<i>-2,5%</i>	<i>102.393</i>	<i>104.723</i>	<i>-2.330</i>	<i>-2,2%</i>
<b>Total SEE (sem sector da Saúde)</b>		<b>1.245.817</b>	<b>1.157.065</b>	<b>88.753</b>	<b>7,7%</b>	<b>2.539.437</b>	<b>2.696.480</b>	<b>-157.043</b>	<b>-5,8%</b>	<b>692.765</b>	<b>1.166.496</b>	<b>-473.731</b>	<b>-40,6%</b>

Fonte: SIRIEF e empresas

(continuação)

Unid: Milhares de euros

	Gastos com Pessoal				Fornecimentos e Serviços Externos				CMVMC			
	4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
<b>Saúde</b>												
CH de Lisboa Norte	180.171	177.282	2.889	1,6%	58.735	63.013	-4.278	-6,8%	158.226	164.800	-6.573	-4,0%
CH de Lisboa Ocidental	103.632	99.815	3.818	3,8%	27.481	29.240	-1.759	-6,0%	77.051	77.320	-269	-0,3%
CH do Porto	119.485	116.058	3.427	3,0%	22.339	27.517	-5.178	-18,8%	104.281	99.923	4.358	4,4%
CH e Universitário de Coimbra	226.053	217.021	9.031	4,2%	47.770	53.487	-5.716	-10,7%	139.514	144.826	-5.311	-3,7%
CH São João	158.312	154.785	3.527	2,3%	38.035	38.311	-276	-0,7%	114.822	116.344	-1.521	-1,3%
Outros	1.377.560	1.345.453	32.107	2,4%	470.808	504.352	-33.544	-6,7%	606.236	614.523	-8.286	-1,3%
<b>Total sector da Saúde*</b>	<b>2.165.213</b>	<b>2.110.414</b>	<b>54.799</b>	<b>2,6%</b>	<b>665.168</b>	<b>715.920</b>	<b>-50.751</b>	<b>-7,1%</b>	<b>1.200.131</b>	<b>1.217.735</b>	<b>-17.603</b>	<b>-1,4%</b>
<b>Entidades novas e/ou sem dados no 4ºTrim 2013</b>												
CH Baixo Vouga	44.581	-	-	-	12.149	-	-	-	18.012	-	-	-
CH de Lisboa Central	209.929	-	-	-	50.706	-	-	-	140.228	-	-	-
ULS do Litoral Alentejano	22.264	-	-	-	17.577	-	-	-	6.752	-	-	-

(\*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas

Quadro B.3.1 – Evolução do EBITDA e Margem de EBITDA

		Unid: Milhares de euros				Margem EBITDA		
		4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12 (p.p.)
<b>Comunicação Social</b>								
	Lusa	-650	957	-1.607	-168,0%	-4,5%	4,9%	-9,5
	RTP	33.014	28.271	4.743	16,8%	17,2%	15,4%	1,8
	<i>subtotal</i>	<i>32.363</i>	<i>29.227</i>	<i>3.136</i>	<i>10,7%</i>	<i>15,7%</i>	<i>14,4%</i>	<i>1,3</i>
<b>Cultura</b>								
	<i>subtotal</i>	<i>1.321</i>	<i>634</i>	<i>687</i>	<i>108,2%</i>	<i>27,1%</i>	<i>13,7%</i>	<i>13,4</i>
<b>Infraestruturas</b>								
	Adm. Portuárias	106.457	111.245	-4.788	-4,3%	73,7%	79,2%	-5,5
	EDIA	7.317	5.430	1.887	34,8%	41,5%	36,7%	4,9
	Estradas de Portugal	554.617	577.353	-22.737	-3,9%	50,0%	34,4%	15,6
	Parque Escolar	71.081	73.187	-2.106	-2,9%	133,6%	159,1%	-25,5
	REFER	-36.737	-24.784	-11.954	-48,2%	-36,7%	-24,7%	-12,0
	Outros	31.586	18.239	13.347	73,2%	16,2%	9,0%	7,2
	<i>subtotal</i>	<i>734.320</i>	<i>760.670</i>	<i>-26.350</i>	<i>-3,5%</i>	<i>45,3%</i>	<i>34,8%</i>	<i>10,5</i>
<b>Req. Urbana e Ambiental</b>								
	Parque Expo	-108	-3.317	3.210	96,8%	-2,6%	-34,6%	32,0
	Outros	-209	-237	28	11,7%	-	-	-
	<i>subtotal</i>	<i>-317</i>	<i>-3.554</i>	<i>3.237</i>	<i>91,1%</i>	<i>-7,7%</i>	<i>-37,1%</i>	<i>29,4</i>
<b>Transportes</b>								
	CP	51.593	36.225	15.369	42,4%	22,4%	15,3%	7,1
	Metropolitano de Lisboa	15.429	25.562	-10.133	-39,6%	19,1%	31,3%	-12,2
	Metro do Porto	655	-244.186	244.841	100,3%	1,2%	-243,8%	245,0
	STCP	-2.494	-3.944	1.450	36,8%	-5,4%	-7,9%	2,5
	Carris	19.871	16.615	3.256	19,6%	22,3%	19,5%	2,8
	Outros	-7.236	-8.279	1.043	12,6%	-49,0%	-54,9%	5,9
	<i>subtotal</i>	<i>77.819</i>	<i>-178.008</i>	<i>255.826</i>	<i>143,7%</i>	<i>15,2%</i>	<i>-31,3%</i>	<i>46,5</i>
<b>Outros</b>								
	ENMC	125.678	16.199	109.479	675,8%	57,3%	42,7%	14,6
	Outros	7.279	-12.226	19.505	159,5%	8,0%	-12,4%	20,4
	<i>subtotal</i>	<i>132.958</i>	<i>3.973</i>	<i>128.984</i>	<i>3246,3%</i>	<i>42,9%</i>	<i>2,9%</i>	<i>40,0</i>
<b>Empresas Parpública</b>								
	Parpública	565.554	723.765	-158.211	-21,9%	-	-	-
	ADP - Águas de Portugal	464	2.069	-1.605	-77,6%	4,1%	19,4%	-15,3
	Sagestamo	-841	-143	-698	-488,2%	-101,2%	-10,5%	-90,6
	TAP SA	147.774	152.926	-5.152	-3,4%	6,1%	6,4%	-0,3
	Outros	28.403	25.792	2.611	10,1%	34,2%	30,3%	3,8
	<i>subtotal</i>	<i>741.354</i>	<i>904.410</i>	<i>-163.056</i>	<i>-18,0%</i>	<i>29,5%</i>	<i>36,5%</i>	<i>-7,1</i>
	<b>Total SEE (sem sector da Saúde)</b>	<b>1.719.818</b>	<b>1.517.353</b>	<b>202.464</b>	<b>13,3%</b>	<b>33,2%</b>	<b>27,2%</b>	<b>6,0</b>
<b>Saúde</b>								
	CH de Lisboa Norte	-62.189	-76.584	14.395	18,8%	-19,9%	-25,1%	5,2
	CH de Lisboa Ocidental	8.518	608	7.909	1299,9%	4,3%	0,3%	3,9
	CH do Porto	-16.406	-1.861	-14.545	-781,7%	-7,9%	-0,8%	-7,1
	CH e Universitário de Coimbra	-33.251	-28.408	-4.843	-17,0%	-9,3%	-7,8%	-1,5
	CH São João	10.966	11.676	-710	-6,1%	3,7%	4,0%	-0,3
	Outros	-99.435	-55.217	-44.217	-80,1%	-4,4%	-2,4%	-2,0
	<b>Total sector da Saúde*</b>	<b>-191.798</b>	<b>-149.786</b>	<b>-42.011</b>	<b>-28,0%</b>	<b>-5,3%</b>	<b>-4,0%</b>	<b>-1,2</b>
<b>Entidades novas e/ou sem dados no 4ºTrim 2013</b>								
	CH Baixo Vouga	-11.569	-	-	-	-19,2%	-	-
	CH de Lisboa Central	-8.622	-	-	-	-2,3%	-	-
	ULS do Litoral Alentejano	7.414	-	-	-	13,8%	-	-

(\*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas

Quadro B.3.2 – Evolução do EBITDA e Margem de EBITDA sem justo valor

Unid: Milhares de euros						Margem EBITDA		
	4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%		4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12 (p.p.)
<b>Comunicação Social</b>								
Lusa	-650	957	-1.607	-168,0%		-4,5%	4,9%	-9,5
RTP	33.014	28.271	4.743	16,8%		17,2%	15,4%	1,8
<i>subtotal</i>	<i>32.363</i>	<i>29.227</i>	<i>3.136</i>	<i>10,7%</i>		<i>15,7%</i>	<i>14,4%</i>	<i>1,3</i>
<b>Cultura</b>								
<i>subtotal</i>	<i>1.321</i>	<i>634</i>	<i>687</i>	<i>108,2%</i>		<i>27,1%</i>	<i>13,7%</i>	<i>13,4</i>
<b>Infraestruturas</b>								
Adm. Portuárias	106.457	111.245	-4.788	-4,3%		73,7%	79,2%	-5,5
EDIA	7.317	5.430	1.887	34,8%		41,5%	36,7%	4,9
Estradas de Portugal	554.617	577.353	-22.737	-3,9%		50,0%	34,4%	15,6
Parque Escolar	71.081	73.187	-2.106	-2,9%		133,6%	159,1%	-25,5
REFER	-36.737	-24.784	-11.954	-48,2%		-36,7%	-24,7%	-12,0
Outros	31.586	18.239	13.347	73,2%		16,2%	9,0%	7,2
<i>subtotal</i>	<i>734.320</i>	<i>760.670</i>	<i>-26.350</i>	<i>-3,5%</i>		<i>45,3%</i>	<i>34,8%</i>	<i>10,5</i>
<b>Req. Urbana e Ambiental</b>								
Parque Expo	-108	-3.317	3.210	96,8%		-2,6%	-34,6%	32,0
Outros	-209	-237	28	11,7%		-	-	-
<i>subtotal</i>	<i>-317</i>	<i>-3.554</i>	<i>3.237</i>	<i>91,1%</i>		<i>-7,7%</i>	<i>-37,1%</i>	<i>29,4</i>
<b>Transportes</b>								
CP	-14.429	39.993	-54.421	-136,1%		-6,3%	16,9%	-23,2
Metropolitano de Lisboa	17.376	32.177	-14.801	-46,0%		21,5%	39,4%	-17,9
Metro do Porto	-21.419	-19.429	-1.990	-10,2%		-40,8%	-19,4%	-21,4
STCP	-2.494	-3.635	1.141	31,4%		-5,4%	-7,3%	1,9
Carris	19.871	16.615	3.256	19,6%		22,3%	19,5%	2,8
Outros	-7.236	-8.279	1.043	12,6%		-49,0%	-54,9%	5,9
<i>subtotal</i>	<i>-8.331</i>	<i>57.441</i>	<i>-65.772</i>	<i>-114,5%</i>		<i>-1,6%</i>	<i>10,1%</i>	<i>-11,7</i>
<b>Outros</b>								
ENMC	125.678	16.199	109.479	675,8%		57,3%	42,7%	14,6
Outros	7.279	-12.226	19.505	159,5%		8,0%	-12,4%	20,4
<i>subtotal</i>	<i>132.958</i>	<i>3.973</i>	<i>128.984</i>	<i>3246,3%</i>		<i>42,9%</i>	<i>2,9%</i>	<i>40,0</i>
<b>Empresas Parpública</b>								
Parpública	543.971	874.423	-330.452	-37,8%		-	-	-
ADP - Águas de Portugal	464	2.069	-1.605	-77,6%		4,1%	19,4%	-15,3
Sagestamo	-841	-143	-698	-488,2%		-101,2%	-10,5%	-90,6
TAP SA	147.774	152.926	-5.152	-3,4%		6,1%	6,4%	-0,3
Outros	25.626	23.345	2.282	9,8%		30,8%	27,4%	3,4
<i>subtotal</i>	<i>716.995</i>	<i>1.052.620</i>	<i>-335.626</i>	<i>-31,9%</i>		<i>28,5%</i>	<i>42,5%</i>	<i>-14,0</i>
<b>Total SEE (sem sector da Saúde)</b>	<b>1.609.309</b>	<b>1.900.378</b>	<b>-291.069</b>	<b>-15,3%</b>		<b>31,1%</b>	<b>34,0%</b>	<b>-3,0</b>
<b>Saúde</b>								
CH de Lisboa Norte	-62.189	-76.584	14.395	18,8%		-19,9%	-25,1%	5,2
CH de Lisboa Ocidental	8.518	608	7.909	1299,9%		4,3%	0,3%	3,9
CH do Porto	-16.406	-1.861	-14.545	-781,7%		-7,9%	-0,8%	-7,1
CH e Universitário de Coimbra	-33.251	-28.408	-4.843	-17,0%		-9,3%	-7,8%	-1,5
CH São João	10.966	11.676	-710	-6,1%		3,7%	4,0%	-0,3
Outros	-99.435	-55.217	-44.217	-80,1%		-4,4%	-2,4%	-2,0
<b>Total sector da Saúde*</b>	<b>-191.798</b>	<b>-149.786</b>	<b>-42.011</b>	<b>-28,0%</b>		<b>-5,3%</b>	<b>-4,0%</b>	<b>-1,2</b>
<b>Entidades novas e/ou sem dados no 4ºTrim 2013</b>								
CH Baixo Vouga	-11.569	-	-	-		-19,2%	-	-
CH de Lisboa Central	-8.622	-	-	-		-2,3%	-	-
ULS do Litoral Alentejano	7.414	-	-	-		13,8%	-	-

(\*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas

Quadro B.4 – Resultados Operacionais

Unid: Milhares de euros

		4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
<b>Comunicação Social</b>					
	Lusa	-1.073	533	-1.606	-301,4%
	RTP	25.747	22.037	3.709	16,8%
	<i>subtotal</i>	<i>24.673</i>	<i>22.570</i>	<i>2.103</i>	<i>9,3%</i>
<b>Cultura</b>					
	<i>subtotal</i>	<i>709</i>	<i>-41</i>	<i>750</i>	<i>1823,8%</i>
<b>Infraestruturas</b>					
	Adm. Portuárias	48.945	51.735	-2.790	-5,4%
	EDIA	-6.111	15.600	-21.711	-139,2%
	Estradas de Portugal	351.349	365.599	-14.250	-3,9%
	Parque Escolar	13.329	18.277	-4.948	-27,1%
	REFER	-39.499	-27.885	-11.614	-41,7%
	Outros	18.011	5.654	12.356	218,5%
	<i>subtotal</i>	<i>386.023</i>	<i>428.980</i>	<i>-42.958</i>	<i>-10,0%</i>
<b>Req. Urbana e Ambiental</b>					
	Parque Expo	340	-3.376	3.716	110,1%
	Outros	-249	-298	49	16,4%
	<i>subtotal</i>	<i>91</i>	<i>-3.674</i>	<i>3.765</i>	<i>102,5%</i>
<b>Transportes</b>					
	CP	-20.238	-37.099	16.861	45,4%
	Metropolitano de Lisboa	-9.442	-2.118	-7.324	-345,7%
	Metro do Porto	-58.383	-303.237	244.854	80,7%
	STCP	-8.285	-10.170	1.885	18,5%
	Carris	1.034	-2.554	3.588	140,5%
	Outros	-10.690	-11.846	1.156	9,8%
	<i>subtotal</i>	<i>-106.005</i>	<i>-367.025</i>	<i>261.020</i>	<i>71,1%</i>
<b>Outros</b>					
	ENMC	125.674	16.193	109.481	676,1%
	Outros	3.835	-15.626	19.461	124,5%
	<i>subtotal</i>	<i>129.509</i>	<i>567</i>	<i>128.942</i>	<i>22745,1%</i>
<b>Empresas Parpública</b>					
	Parpública	565.510	723.709	-158.198	-21,9%
	ADP - Águas de Portugal	463	1.327	-864	-65,1%
	Sagestamo	-904	-221	-683	-309,7%
	TAP SA	45.756	49.585	-3.829	-7,7%
	Outros	22.047	19.007	3.039	16,0%
	<i>subtotal</i>	<i>632.872</i>	<i>793.407</i>	<i>-160.535</i>	<i>-20,2%</i>
	<b>Total SEE (sem sector da Saúde)</b>	<b>1.067.872</b>	<b>874.784</b>	<b>193.087</b>	<b>22,1%</b>
<b>Saúde</b>					
	CH de Lisboa Norte	-77.560	-90.656	13.096	14,4%
	CH de Lisboa Ocidental	214	-9.311	9.524	102,3%
	CH do Porto	-21.531	-9.094	-12.437	-136,8%
	CH e Universitário de Coimbra	-42.970	-41.492	-1.478	-3,6%
	CH São João	83	9	74	852,7%
	Outros	-193.240	-161.890	-31.351	-19,4%
	<b>Total sector da Saúde*</b>	<b>-335.004</b>	<b>-312.433</b>	<b>-22.571</b>	<b>-7,2%</b>
<b>Entidades novas e/ou sem dados no 4ºTrim 2013</b>					
	CH Baixo Vouga	-14.433	-	-	-
	CH de Lisboa Central	-23.998	-	-	-
	ULS do Litoral Alentejano	7.108	-	-	-

(\*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas



Quadro B.5 – Resultados Financeiros

Unid: Milhares de euros

	4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
<b>Comunicação Social</b>				
Lusa	-22	-84	62	73,9%
RTP	-9.051	26.404	-35.455	-134,3%
<i>subtotal</i>	<i>-9.072</i>	<i>26.320</i>	<i>-35.393</i>	<i>-134,5%</i>
<b>Cultura</b>				
<i>subtotal</i>	<i>-11</i>	<i>-2</i>	<i>-9</i>	<i>-528,3%</i>
<b>Infraestruturas</b>				
Adm. Portuárias	-6.258	-6.485	227	3,5%
EDIA	-7.260	-7.820	559	7,2%
Estradas de Portugal	-324.623	-311.165	-13.458	-4,3%
Parque Escolar	-29.200	-33.251	4.052	12,2%
REFER	-55.860	-63.901	8.041	12,6%
Outros	-75	-240	164	68,6%
<i>subtotal</i>	<i>-423.277</i>	<i>-422.863</i>	<i>-414</i>	<i>-0,1%</i>
<b>Req. Urbana e Ambiental</b>				
Parque Expo	-10.319	-11.693	1.373	11,7%
Outros	126	299	-173	-57,9%
<i>subtotal</i>	<i>-10.193</i>	<i>-11.394</i>	<i>1.200</i>	<i>10,5%</i>
<b>Transportes</b>				
CP	-206.524	-186.205	-20.320	-10,9%
Metropolitano de Lisboa	-63.137	-75.116	11.979	15,9%
Metro do Porto	-28.340	-188.058	159.718	84,9%
STCP	-12.247	-63.215	50.968	80,6%
Carris	-8.629	-62.174	53.545	86,1%
Outros	-8.697	-10.774	2.078	19,3%
<i>subtotal</i>	<i>-327.574</i>	<i>-585.542</i>	<i>257.969</i>	<i>44,1%</i>
<b>Outros</b>				
ENMC	-125.300	-16.135	-109.165	-676,6%
Outros	-1.145	494	-1.639	-331,8%
<i>subtotal</i>	<i>-126.445</i>	<i>-15.641</i>	<i>-110.804</i>	<i>-708,4%</i>
<b>Empresas Parpública</b>				
Parpública	-249.140	-260.483	11.343	4,4%
ADP - Águas de Portugal	77.116	41.210	35.905	87,1%
Sagestamo	1.590	409	1.181	288,9%
TAP SA	-22.281	-24.917	2.637	10,6%
Outros	-110	-178	68	38,1%
<i>subtotal</i>	<i>-192.825</i>	<i>-243.959</i>	<i>51.134</i>	<i>21,0%</i>
<b>Total SEE (sem sector da Saúde)</b>	<b>-1.089.397</b>	<b>-1.253.080</b>	<b>163.683</b>	<b>13,1%</b>
<b>Saúde</b>				
CH de Lisboa Norte	2.338	6.642	-4.304	-64,8%
CH de Lisboa Ocidental	322	2.271	-1.949	-85,8%
CH do Porto	190	1.959	-1.769	-90,3%
CH e Universitário de Coimbra	-68	2.976	-3.044	-102,3%
CH São João	1.091	1.368	-277	-20,3%
Outros	-837	8.101	-8.938	-110,3%
<b>Total sector da Saúde*</b>	<b>3.035</b>	<b>23.316</b>	<b>-20.281</b>	<b>-87,0%</b>
<b>Entidades novas e/ou sem dados no 4ºTrim 2013</b>				
CH Baixo Vouga	-270	-	-	-
CH de Lisboa Central	-1.344	-	-	-
ULS do Nordeste	-323	-	-	-

(\*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas

Quadro B.6 – Resultados Líquidos

Unid: Milhares de euros

		4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
<b>Comunicação Social</b>					
	Lusa	-951	261	-1.211	-464,9%
	RTP	13.696	41.352	-27.656	-66,9%
	<i>subtotal</i>	<i>12.745</i>	<i>41.612</i>	<i>-28.867</i>	<i>-69,4%</i>
<b>Cultura</b>					
	<i>subtotal</i>	<i>637</i>	<i>-86</i>	<i>724</i>	<i>837,5%</i>
<b>Infraestruturas</b>					
	Adm. Portuárias	31.327	36.693	-5.366	-14,6%
	EDIA	-16.308	8.637	-24.944	-288,8%
	Estradas de Portugal	15.210	36.688	-21.477	-58,5%
	Parque Escolar	-15.946	-15.090	-856	-5,7%
	REFER	-89.136	-92.114	2.978	3,2%
	Outros	11.987	2.894	9.093	314,2%
	<i>subtotal</i>	<i>-62.865</i>	<i>-22.293</i>	<i>-40.572</i>	<i>-182,0%</i>
<b>Req. Urbana e Ambiental</b>					
	Parque Expo	-9.979	-15.187	5.208	34,3%
	Outros	-125	0	-125	-
	<i>subtotal</i>	<i>-10.103</i>	<i>-15.187</i>	<i>5.084</i>	<i>33,5%</i>
<b>Transportes</b>					
	CP	-226.763	-223.589	-3.173	-1,4%
	Metropolitano de Lisboa	-72.579	-77.332	4.753	6,1%
	Metro do Porto	-86.774	-491.357	404.583	82,3%
	STCP	-20.572	-73.439	52.867	72,0%
	Carris	-7.039	-64.299	57.260	89,1%
	Outros	-19.386	-22.638	3.252	14,4%
	<i>subtotal</i>	<i>-433.113</i>	<i>-952.654</i>	<i>519.541</i>	<i>54,5%</i>
<b>Outros</b>					
	ENMC	18	27	-10	-35,7%
	Outros	565	-15.710	16.275	103,6%
	<i>subtotal</i>	<i>582</i>	<i>-15.683</i>	<i>16.265</i>	<i>103,7%</i>
<b>Empresas Parpública</b>					
	Parpública	316.350	463.204	-146.853	-31,7%
	ADP - Águas de Portugal	68.892	42.271	26.621	63,0%
	Sagestamo	686	121	565	466,9%
	TAP SA	27.960	21.361	6.599	30,9%
	Outros	15.714	11.481	4.233	36,9%
	<i>subtotal</i>	<i>429.603</i>	<i>538.439</i>	<i>-108.835</i>	<i>-20,2%</i>
	<b>Total SEE (sem sector da Saúde)</b>	<b>-62.513</b>	<b>-425.852</b>	<b>363.339</b>	<b>85,3%</b>
<b>Saúde</b>					
	CH de Lisboa Norte	-71.610	-89.843	18.233	20,3%
	CH de Lisboa Ocidental	1.038	-9.747	10.785	110,7%
	CH do Porto	-20.912	-5.294	-15.618	-295,0%
	CH e Universitário de Coimbra	-37.619	-32.909	-4.709	-14,3%
	CH São João	1	1.006	-1.005	-99,9%
	Outros	-139.491	-136.746	-2.745	-2,0%
	<b>Total sector da Saúde*</b>	<b>-268.593</b>	<b>-273.533</b>	<b>4.940</b>	<b>1,8%</b>
<b>Entidades novas e/ou sem dados no 4ºTrim 2013</b>					
	CH Baixo Vouga	-5.756	-	-	-
	CH de Lisboa Central	-22.304	-	-	-
	ULS do Litoral Alentejano	25.754	-	-	-

(\*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas

## C - ANÁLISE PATRIMONIAL

### Quadro C.1 – Ativo e Passivo

Unid: Milhares de euros

		Ativo			Passivo		
		4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12
<b>Comunicação Social</b>							
	Lusa	12.999	14.267	-1.267	7.109	7.426	-317
	RTP	357.147	361.609	-4.462	426.824	444.945	-18.121
	<i>subtotal</i>	<i>370.147</i>	<i>375.876</i>	<i>-5.729</i>	<i>433.933</i>	<i>452.371</i>	<i>-18.437</i>
<b>Cultura</b>							
	<i>subtotal</i>	<i>8.778</i>	<i>8.811</i>	<i>-33</i>	<i>7.765</i>	<i>8.510</i>	<i>-745</i>
<b>Infraestruturas</b>							
	Adm. Portuárias	1.817.382	1.803.351	14.031	581.884	580.516	1.368
	EDIA	658.612	988.369	-329.757	1.001.351	1.450.730	-449.380
	Estradas de Portugal	19.713.687	19.015.533	698.155	18.740.304	18.066.350	673.954
	Parque Escolar	2.395.218	2.376.540	18.678	1.554.343	1.543.434	10.908
	REFER	5.385.497	5.266.452	119.044	7.364.150	7.150.710	213.440
	Outros	307.351	316.058	-8.706	218.533	234.420	-15.887
	<i>subtotal</i>	<i>30.277.747</i>	<i>29.766.302</i>	<i>511.445</i>	<i>29.460.565</i>	<i>29.026.161</i>	<i>434.403</i>
<b>Req. Urbana e Ambiental</b>							
	Parque Expo	154.497	174.150	-19.653	249.297	259.269	-9.973
	Outros	366.115	343.868	22.247	94.430	90.729	3.701
	<i>subtotal</i>	<i>520.611</i>	<i>518.018</i>	<i>2.594</i>	<i>343.727</i>	<i>349.999</i>	<i>-6.272</i>
<b>Transportes</b>							
	CP	1.031.645	1.058.957	-27.312	4.267.716	4.055.011	212.705
	Metropolitano de Lisboa	4.746.122	4.913.921	-167.799	5.254.831	5.829.329	-574.498
	Metro do Porto	2.294.547	2.340.731	-46.184	4.120.867	4.079.290	41.576
	STCP	89.638	93.958	-4.321	517.958	501.598	16.360
	Carris	117.123	132.002	-14.879	987.650	997.893	-10.243
	Outros	104.063	116.164	-12.101	248.493	243.778	4.716
	<i>subtotal</i>	<i>8.383.138</i>	<i>8.655.733</i>	<i>-272.595</i>	<i>15.397.514</i>	<i>15.706.898</i>	<i>-309.384</i>
<b>Outros</b>							
	ENMC	387.127	390.912	-3.784	364.689	369.989	-5.300
	Outros	729.574	677.562	52.012	359.772	308.136	51.636
	<i>subtotal</i>	<i>1.116.701</i>	<i>1.068.473</i>	<i>48.228</i>	<i>724.461</i>	<i>678.125</i>	<i>46.336</i>
<b>Empresas Parpública</b>							
	Parpública	8.234.947	8.347.403	-112.456	5.457.700	5.836.506	-378.806
	ADP - Águas de Portugal	1.236.610	1.220.668	15.942	645.904	681.166	-35.262
	Sagestamo	1.383.971	1.427.083	-43.112	448.303	492.101	-43.798
	TAP SA	1.858.018	1.725.154	132.864	1.748.132	1.649.096	99.036
	Outros	403.723	403.829	-106	85.376	88.740	-3.364
	<i>subtotal</i>	<i>13.117.269</i>	<i>13.124.137</i>	<i>-6.868</i>	<i>8.385.415</i>	<i>8.747.609</i>	<i>-362.194</i>
<b>Total SEE (sem sector da Saúde)</b>		<b>53.794.391</b>	<b>53.517.349</b>	<b>277.042</b>	<b>54.753.380</b>	<b>54.969.672</b>	<b>-216.292</b>
<b>Saúde</b>							
	CH de Lisboa Norte	685.500	673.666	11.834	759.047	669.041	90.006
	CH de Lisboa Ocidental	143.692	159.738	-16.045	111.873	129.100	-17.227
	CH do Porto	361.561	134.680	226.881	370.662	122.869	247.793
	CH e Universitário de Coimbra	1.639.822	199.167	1.440.656	1.659.698	181.440	1.478.257
	CH São João	222.395	330.256	-107.862	101.332	203.745	-102.413
	Outros	3.990.089	2.941.095	1.048.994	3.535.094	2.384.370	1.150.724
	<b>Total sector da Saúde*</b>	<b>7.043.059</b>	<b>4.438.601</b>	<b>2.604.458</b>	<b>6.537.705</b>	<b>3.690.566</b>	<b>2.847.139</b>
<b>Entidades novas e/ou sem dados no 4ºTrim 2013</b>							
	CH Baixo Vouga	193.680	-	-	246.953	-	-
	CH de Lisboa Central	226.586	-	-	357.549	-	-
	ULS do Nordeste	157.434	-	-	187.238	-	-

(\*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas

Quadro C.2 – Rácio de Endividamento

Unid: Milhares de euros

		Financiamentos Obtidos				Financiamentos Obtidos / Ativo		
		4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%	4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12 (p.p.)
<b>Comunicação Social</b>								
	Lusa	1.020	1.215	-195	-16,0%	7,8%	8,5%	-0,7
	RTP	73.384	64.930	8.454	13,0%	20,5%	18,0%	2,6
	<i>subtotal</i>	<i>74.404</i>	<i>66.145</i>	<i>8.259</i>	<i>12,5%</i>	<i>20,1%</i>	<i>17,6%</i>	<i>2,5</i>
<b>Cultura</b>								
	<i>subtotal</i>	<i>900</i>	<i>0</i>	<i>900</i>	<i>-</i>	<i>10,3%</i>	<i>0,0%</i>	<i>10,3</i>
<b>Infraestruturas</b>								
	Adm. Portuárias	161.164	166.334	-5.170	-3,1%	8,9%	9,2%	-0,4
	EDIA	719.298	691.637	27.662	4,0%	109,2%	70,0%	39,2
	Estradas de Portugal	3.203.135	2.963.705	239.430	8,1%	16,2%	15,6%	0,7
	Parque Escolar	1.140.000	1.140.000	0	0,0%	47,6%	48,0%	-0,4
	REFER	7.184.100	6.962.328	221.773	3,2%	133,4%	132,2%	1,2
	Outros	10.154	13.169	-3.015	-22,9%	3,3%	4,2%	-0,9
	<i>subtotal</i>	<i>12.417.852</i>	<i>11.937.172</i>	<i>480.679</i>	<i>4,0%</i>	<i>41,0%</i>	<i>40,1%</i>	<i>0,9</i>
<b>Req. Urbana e Ambiental</b>								
	Parque Expo	166.968	162.502	4.466	2,7%	108,1%	93,3%	14,8
	Outros	111	211	-100	-47,4%	0,0%	0,1%	0,0
	<i>subtotal</i>	<i>167.079</i>	<i>162.713</i>	<i>4.366</i>	<i>2,7%</i>	<i>32,1%</i>	<i>31,4%</i>	<i>0,7</i>
<b>Transportes</b>								
	CP	3.807.787	3.637.063	170.723	4,7%	369,1%	343,5%	25,6
	Metropolitano de Lisboa	4.281.014	4.181.108	99.906	2,4%	90,2%	85,1%	5,1
	Metro do Porto	3.187.147	2.723.497	463.650	17,0%	138,9%	116,4%	22,5
	STCP	395.939	370.665	25.275	6,8%	441,7%	394,5%	47,2
	Carris	776.721	734.585	42.136	5,7%	691,5%	556,5%	135,0
	Outros	177.240	163.930	13.310	8,1%	170,3%	141,1%	29,2
	<i>subtotal</i>	<i>12.625.849</i>	<i>11.810.848</i>	<i>815.000</i>	<i>6,9%</i>	<i>150,7%</i>	<i>136,5%</i>	<i>14,2</i>
<b>Outros</b>								
	ENMC	360.019	366.567	-6.548	-1,8%	93,0%	93,8%	-0,8
	Outros	167.774	117.691	50.082	42,6%	23,0%	17,4%	5,6
	<i>subtotal</i>	<i>527.793</i>	<i>484.259</i>	<i>43.534</i>	<i>9,0%</i>	<i>47,3%</i>	<i>45,3%</i>	<i>1,9</i>
<b>Empresas Parpública</b>								
	Parpública	4.793.096	4.955.064	-161.967	-3,3%	58,2%	59,4%	-1,2
	ADP - Águas de Portugal	606.503	600.000	6.503	1,1%	49,0%	49,2%	-0,1
	Sagestamo	446.193	486.916	-40.723	-8,4%	32,2%	34,1%	-1,9
	TAP SA	841.989	861.656	-19.667	-2,3%	45,3%	49,9%	-4,6
	Outros	29.671	33.196	-3.525	-10,6%	7,3%	8,2%	-0,9
	<i>subtotal</i>	<i>6.717.452</i>	<i>6.936.832</i>	<i>-219.380</i>	<i>-3,2%</i>	<i>51,2%</i>	<i>52,9%</i>	<i>-1,6</i>
<b>Total SEE (sem sector da Saúde)</b>		<b>32.531.328</b>	<b>31.397.968</b>	<b>1.133.360</b>	<b>3,6%</b>	<b>60,5%</b>	<b>58,7%</b>	<b>1,8</b>
<b>Saúde</b>								
	CH de Lisboa Norte	8.021	8.021	0	0,0%	1,2%	1,2%	0,0
	CH de Lisboa Ocidental	0	0	0	-	0,0%	0,0%	0,0
	CH do Porto	0	0	0	-	0,0%	0,0%	0,0
	CH e Universitário de Coimbra	16.958	16.958	0	0,0%	1,0%	8,5%	-7,5
	CH São João	0	0	0	-	0,0%	0,0%	0,0
	Outros	283.728	283.368	360	0,1%	7,1%	9,6%	-2,5
	<b>Total sector da Saúde*</b>	<b>308.706</b>	<b>308.347</b>	<b>359</b>	<b>0,1%</b>	<b>4,4%</b>	<b>6,9%</b>	<b>-2,6</b>
<b>Entidades novas e/ou sem dados no 4ºTrim 2013</b>								
	CH Baixo Vouga	11.122	-	-	-	5,7%	-	-
	CH de Lisboa Central	80.781	-	-	-	35,7%	-	-
	ULS do Litoral Alentejano	4.000	-	-	-	2,5%	-	-

(\*) - Excluindo entidades novas

Fonte: SIRIEF e empresas

## D – PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES

Unid: dias

		4.º Trim 2013	4.º Trim 2012	Dif. 13-12	Δ%
<b>Comunicação Social</b>					
	Lusa	15	21	-6	-28,6%
	RTP	87	71	16	22,5%
	<i>subtotal</i>	<i>84</i>	<i>69</i>	<i>15</i>	<i>21,7%</i>
<b>Cultura</b>					
	<i>subtotal</i>	<i>72</i>	<i>41</i>	<i>31</i>	<i>75,6%</i>
<b>Infraestruturas</b>					
	Adm. Portuárias	27	49	-22	-44,9%
	EDIA	79	85	-6	-7,1%
	Estradas de Portugal	17	29	-12	-41,4%
	Parque Escolar	81	56	25	44,6%
	REFER	34	57	-23	-40,4%
	Outros	44	41	3	7,3%
	<i>subtotal</i>	<i>28</i>	<i>42</i>	<i>-14</i>	<i>-33,3%</i>
<b>Req. Urbana e Ambiental</b>					
	Parque Expo	92	118	-26	-22,0%
	Outros	n.d.	n.d.	-	-
	<i>subtotal</i>	<i>92</i>	<i>118</i>	<i>-26</i>	<i>-22,0%</i>
<b>Transportes</b>					
	CP	229	123	106	86,2%
	Metropolitano de Lisboa	34	113	-79	-69,9%
	Metro do Porto	173	33	140	424,2%
	STCP	54	46	8	17,4%
	Carris	55	47	8	17,0%
	Outros	64	149	-85	-57,0%
	<i>subtotal</i>	<i>150</i>	<i>89</i>	<i>61</i>	<i>68,5%</i>
<b>Outros</b>					
	ENMC	11	0	11	-
	Outros	36	20	16	80,0%
	<i>subtotal</i>	<i>34</i>	<i>17</i>	<i>17</i>	<i>100,0%</i>
<b>Empresas Parpública</b>					
	Parpública	26	37	-11	-29,7%
	ADP - Águas de Portugal	52	63	-11	-17,5%
	Sagestamo	48	65	-17	-26,2%
	TAP SA	n.d.	n.d.	-	-
	Outros	59	63	-4	-6,3%
	<i>subtotal</i>	<i>80</i>	<i>61</i>	<i>19</i>	<i>31,1%</i>
<b>Total SEE (sem sector da Saúde)</b>		<b>60</b>	<b>52</b>	<b>8</b>	<b>15,4%</b>
<b>Saúde</b>					
	CH de Lisboa Norte	478	483	-5	-1,0%
	CH de Lisboa Ocidental	279	412	-133	-32,3%
	CH do Porto	177	268	-91	-34,0%
	CH e Universitário de Coimbra	236	305	-69	-22,6%
	CH São João	152	320	-168	-52,5%
	Outros	239	286	-47	-16,4%
	<b>Total sector da Saúde</b>	<b>255</b>	<b>313</b>	<b>-58</b>	<b>-18,5%</b>

Nota 1 - Os dados referentes ao sector da Saúde são fornecidos pela ACSS. Nas restantes empresas, os dados são remetidos pelas mesmas à DGTF.

Nota 2 - Os subtotais e totais são médias ponderadas do sector em causa.

## E – LEGISLAÇÃO NO ÂMBITO DO SEE

DR	Data de Publicação	Diploma	Sumário Diário República
<b>SEE</b>			
1ª S	03-10-2013	Decreto-Lei n.º 133/2013	Aprova o novo regime jurídico do sector público empresarial
1ª S	14-10-2013	Resolução da Assembleia da República n.º 142/2013	Prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público
2ª S 1º Suplemento	04-11-2013	Despacho n.º 14181-A/2013	Determina o aumento do capital estatutário das entidades públicas empresariais, realizado através da entrega do número de unidades de participação, detidas pelo Estado no Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde
1ª S	12-11-2013	Decreto-Lei n.º 157/2013	Procede à alteração da denominação do Centro Hospitalar de Leiria-Pombal, E.P.E., criado pelo Decreto-Lei n.º 30/2011, de 2 de março
1ª S	19-11-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2013	Determina o processo de criação de uma instituição de crédito a denominar Instituição Financeira de Desenvolvimento
2ª S C	04-12-2013	Despacho n.º 15794/2013	Mantém na superintendência e tutela do Vice-Primeiro-Ministro, em coordenação e articulação com o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e com o Ministro da Economia, os poderes relativos à Agência para o Investimento e o Comércio Externo de Portugal, E.P.E. e subdelega nos respetivos Ministros várias competências
1ª S	16-12-2013	Decreto-Lei n.º 165/2013	Transpõe a Diretiva n.º 2009/119/CE do Conselho, de 14 de setembro de 2009, que obriga os Estados-Membros a manterem um nível mínimo de reservas de petróleo bruto e/ou de produtos petrolíferos, e procede à reestruturação e redenominação da Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, E.P.E., procedendo à segunda alteração aos estatutos desta entidade, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339-D/2001, de 28 de dezembro
2ª S D	16-12-2013	Instrução n.º 2/2013	Tribunal de Contas - Instruções para prestação de contas das entidades do setor empresarial do Estado
<b>Privatizações e Reestruturações</b>			
1ª S 1º Suplemento	11-10-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 62-A/2013	Aprova as condições da oferta pública de venda e o caderno de encargos da venda direta institucional, bem como as condições especiais de aquisição de que beneficiam os trabalhadores da CTT, S. A., e de sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo, nomeadamente quanto ao preço
1ª S 1º Suplemento	11-10-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 62-B/2013	Constitui a comissão especial de acompanhamento para o processo de privatização da CTT - Correios de Portugal, S. A., aprovado pelo Decreto-Lei n.º 129/2013, de 6 de setembro
2ª S C	14-11-2013	Despacho n.º 14705/2013	Nomeia os membros da comissão especial para o acompanhamento do processo de privatização da CTT - Correios de Portugal, S. A.
1ª S 1º Suplemento	18-11-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 72-B/2013	Determina os termos e as condições aplicáveis à venda das ações dos CTT - Correios de Portugal, S. A., no âmbito, da oferta pública de venda e da venda direta institucional
1ª S	19-11-2013	Decreto-Lei n.º 160/2013	Procede à primeira alteração à Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, que estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional, e à quarta alteração às bases da concessão do serviço postal universal, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 448/99, de 4 de novembro
2ª S C	26-11-2013	Despacho n.º 15378/2013	Prorroga o prazo para as entidades a que se refere o n.º 1 do artigo do artigo 2º do caderno de encargos do processo de reprivatização das empresas seguradoras do grupo Caixa Geral de Depósitos que integra o anexo I à Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-A/2013, de 30 de agosto, procederem à apresentação de propostas vinculativas de aquisição de ações objeto de venda direta
2ª S C	02-12-2013	Despacho n.º 15750-B/2013	Despacho que subdelega competências no Secretário de Estado das Finanças para fixar, em nome do Governo, o preço das ações a alienar na OPV dos CTT
1ª S	09-12-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2013	Define o lote de ações destinados à oferta pública de venda reservada aos trabalhadores no âmbito do processo de alienação do capital social das sociedades Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., Multicare - Seguros e Saúde, S.A., e Cares - Companhia de Seguros, S.A., e fixa o período de indisponibilidade a que ficam sujeitas as ações adquiridas no âmbito da venda direta de referência ao abrigo do mesmo processo
2ª S C 2º Supl	11-12-2013	Despacho n.º 16110-A/2013	Despacho relativo ao processo de alienação do capital social das sociedades Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A., Multicare-Seguros e Saúde, S.A. e Cares-Companhia de Seguros, S.A.- Garantia Bancária
2ª S C 2º Supl	11-12-2013	Despacho (extrato) n.º 16110-B/2013	Despacho relativo ao processo de alienação do capital social das sociedades Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A., Multicare-Seguros e Saúde, S.A. e Cares-Companhia de Seguros, S.A. - Prestação pecuniária inicial
<b>Outros</b>			
2ª S	03-10-2013	Despacho n.º 12596/2013	Determina a aplicação de taxas pelo IMT, sobre as receitas resultantes das taxas de utilização da infraestrutura ferroviária nacional obtidas pela REFER, E.P.E.
2ª S C	11-10-2013	Despacho n.º 13025-B/2013	Determina que os contratos públicos de aquisição de medicamentos, incluindo biológicos similares, lançados pelos SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E., e pelos hospitais do Serviço Nacional de Saúde, devem prever como critério de adjudicação o preço mais baixo
1ª S 1ª S	08-11-2013	Resolução do Conselho de Ministros n.º 70-A/2013	Autoriza a realização da despesa relativa à execução do Programa de Modernização do Parque Escolar destinado ao Ensino Secundário
2ª S C	12-11-2013	Despacho n.º 14546/2013	Aprova a lista dos bens imóveis correspondentes às escolas que são transmitidas do domínio privado do Estado para o património do Parque Escolar, E.P.E.
1ª S	18-11-2013	Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 31/2013/A	Pronuncia-se a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o futuro da RTP/Açores
2ª S C	25-11-2013	Despacho n.º 15327/2013	Estabelece disposições no âmbito dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), referente aos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA), que determinam as condições de fornecimento de Sistemas de Cardioversores Desfibriladores Implantáveis (CDI's)
2ª S C	25-11-2013	Despacho n.º 15329/2013	Estabelece disposições no âmbito dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (SPMS, E.P.E.), referente aos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA), que determinam as condições de fornecimento de Bens de Diálise Peritoneal
2ª S C	26-11-2013	Despacho n.º 15380/2013	Nomeação dos representantes do Estado no conselho geral da Fundação para as Comunicações Móveis
2ª S C	26-11-2013	Portaria n.º 819/2013	Estabelece que a REFER, E.P.E. fica autorizada a proceder à repartição de Encargos relativos ao contrato de execução da empreitada para a "Estabilização de Taludes entre o Pk 103,900 e o Pk 117,930, da Linha do Douro"
2ª S C	26-11-2013	Portaria n.º 820/2013	Estabelece que fica a REFER, E.P.E. autorizada a proceder à repartição de Encargos relativos ao contrato de execução da empreitada da "Linha do Norte - Estação do Entroncamento - Renovação Integral das Linhas 5, 9 e 10"
2ª S C	26-11-2013	Portaria n.º 821/2013	Estabelece que a REFER, E.P.E. fica autorizada a proceder à repartição de Encargos relativos ao contrato de conceção, construção e manutenção para a "Automatização de 8 (oito) Passagens de Nível"
2ª S C	24-12-2013	Portaria n.º 928/2013	Autoriza a REFER, E. P. E., a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de execução da empreitada para a Reabilitação do Túnel de Mourilhe
2ª S C	24-12-2013	Portaria n.º 929/2013	Autoriza a REFER, E.P.E. a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato de execução da empreitada de - Conceção/Construção e Manutenção para Automatização de 12 Passagens de Nível
1ª S	26-12-2013	Decreto Legislativo Regional n.º 31/2013/M	Segunda alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2010/M, de 5 de agosto, que estabelece o Estatuto do Gestor Público das Empresas Públicas da Região Autónoma da Madeira
<b>Órgãos Sociais</b>			
2ª S G	07-11-2013	Aviso n.º 13579/2013	Informação respeitante à obrigação legal dos órgãos de gestão das empresas públicas estabelecida no artigo 13-B, do Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto (Carris)
2ª S C	31-12-2013	Resolução n.º 34/2013	Nomeia os membros do conselho de administração do Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E. P. E.
2ª S C	31-12-2013	Resolução n.º 36/2013	Nomeia os membros do conselho de administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E.